



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Acta da Sessão Ordinária realizada em 2007/06/27

Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, nesta Vila de Vinhais no Auditório da Casa do Povo, às quinze horas, foi declarada aberta a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte:

PRESIDENTE: Nuno José S. Teixeira da Costa Gomes;

1.º SECRETÁRIO: Eduardo Vicente Roxo;

2.º SECRETÁRIO: Eduardo Manuel Rodrigues

Apresentaram justificação de falta os membros, Senhores, Lisete da Cruz Diegues Claro, Mário António Gonçalves, Armando António Martins Vara, Helder Manuel Alves Correia.

Faltou sem apresentar justificação os membros, Rui Virgílio da Cunha Madureira, Vicente dos Santos Fernandes pelo que a falta lhes foi considerada injustificada.

Verificada que foi a existência de quorum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte:

- 1 - Período de Antes da Ordem do Dia.
- 2 - Ordem do Dia.
 - 2.1 – Apreciação e votação da acta da reunião anterior;
 - 2.2 – Leitura resumida do expediente;
 - 2.3 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;

2.4 – Período de intervenções;

2.5 – Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho;

2.6 – Inspeções Periódicas de Instalações de Armazenamento – Vistorias - Criação de taxa;

2.7 – Distribuição do resultado líquido do exercício de 2006

2.8 – Contrato de compra e venda de acções – EDF EN Portugal, L.da e Município de Vinhais

2.9 – 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimento;

3 - Período reservado ao público

1 - Período de Antes da Ordem do Dia

Na ausência do Senhor Presidente da Assembleia, o primeiro secretário, Senhor Dr. Nuno Costa Gomes presidiu à reunião, passando o membro Eduardo Vicente Roxo a assumir funções de primeiro secretário, sendo convidado sem qualquer oposição dos membros presentes, o Senhor Eduardo Martins Rodrigues para fazer parte da Mesa, na qualidade de segundo secretário.

O Presidente em exercício usou então da palavra para agradecer a presença de todos os membros na Assembleia Municipal, e aproveitou o momento para informar que a próxima reunião da Assembleia Municipal, está estatutariamente definida para Setembro. Passou a comunicar os membros, quer da Comissão Permanente, quer da Comissão de Revisão do Regimento, sendo que esta, só reuniu uma vez, que seria bom que houvesse este tipo de dinâmica dentro dos grupos de trabalho. Adiantou que esta dinâmica não tem que ser necessariamente proporcionada pela mesa, pode e deve ser proporcionada pelos elementos das respectivas comissões. Tendo em conta o período de férias que se aproxima, a próxima Assembleia Municipal será em princípio para o final do mês de Setembro. Em sua opinião seria conveniente marcar estas reuniões para o final do mês de Agosto, início de Setembro.

Referiu também, que foi alertado para o facto de existirem requerimentos que são apresentados pelas mais diferentes pessoas, membros da Assembleia Municipal, a solicitar vários tipos de informações.

Quando dirigidos à Mesa da Assembleia devem ser apresentados nos serviços da Assembleia e não na Câmara Municipal.

Relativamente aos problemas levantados à redacção das actas, referiu que as intervenções deviam ser apresentadas por escrito ou em sua substituição ditadas para a acta, para obstar a reclamações.

Quanto às regras das intervenções, referiu que a Mesa tem optado por facilitar de certa maneira este aspecto, sendo intenção desta continuar assim, mas compete-lhe lembrar alguns procedimentos e as regras que todos deverão cumprir.

Passou a explicar que o período antes da ordem do dia, tem razoavelmente um limite de sessenta minutos. Já o período da ordem do dia, as intervenções têm o limite de sete minutos e as restantes cinco. As propostas têm dez minutos, e o Senhor Presidente da Câmara tem cerca de trinta minutos para as respostas. O período reservado ao público, tem trinta minutos, sendo atribuído a cada pessoa, cinco minutos, sendo o período de esclarecimentos de três minutos. Relembrou que esta informação estava a ser citada em absoluto rigor, do código de funcionamento interno.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, questionou os Senhores membros se alguém desejava usar da palavra.

Inscreveram-se os membros, Senhores:

Carlos Costa;

Vicente Fernandes;

Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa.

Tomou a palavra o membro Senhor Carlos Costa, que iniciou a intervenção por cumprimentar todos os membros presentes, e um cumprimento especial para a presença do Senhor Padre Pimparel.

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, referiu que aquando da visita de Sua Excelência o Senhor Presidente da República ao concelho, o Senhor Presidente da Câmara lhe tinha pedido que interviesse junto do Governo para a aprovação de três lares que muita falta faziam ao concelho.

Relembrou que Vinhais é um concelho com cerca de dez mil habitantes, dos quais, cinco mil e quinhentos são idosos, e os existentes apenas têm capacidade para pouco mais de duzentos. Por isso, se denota bem a urgência que é e a necessidade de construção destes três lares. Ainda sobre esta questão, referiu que o Senhor Presidente da Câmara passado algum tempo, em resposta ao pedido de esclarecimento colocado

numa Assembleia, disse que os lares não tinham sido aprovados, mas que haveria um novo quadro para poder inscrever esses lares, deixando a sensação de que teria mais ou menos as garantias que esses três lares seriam aprovados.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara, se sabia ou não, que esses lares não tinham sido aprovados e sobre o que iria fazer no caso de não terem sido aprovados. Se iria convidar as pessoas a fazer uma manifestação silenciosa para mostrar a “nossa” fúria ao Governo. Ou se por outro lado, iria novamente “fechar-se em copas”, sem fazer nada. Adiantou ainda, que o Senhor Presidente poderá contar com o seu apoio, porque no que toca a estar a favor de Vinhais, referiu não ter partido, porque o seu partido é Vinhais. Se o Senhor Presidente nada fizer, referiu que serão “eles” a fazê-lo.

Referiu também que existe um outro assunto do qual gostaria de tratar com o Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao processo disciplinar instaurado ao Senhor Engenheiro Vilaça. Comparou-o ao caso do Senhor Professor Charrua, muito noticiado pelas televisões. Declarou que o caso do Senhor Professor Charrua, tudo indica que foi retaliações políticas ou qualquer coisa do género que esteve na origem do caso. O caso do Senhor Engenheiro Vilaça, de político não tem nada, mas fica a ideia no ar de que existe alguma coisa. Referiu que o Senhor Presidente da Câmara sabe muito bem o que é, e compete-lhe ao Senhor Presidente dizer as razões que levaram a Câmara a mover um processo disciplinar a um funcionário.

Adiantou que conhece mal o Senhor em causa, e que nem sequer o conhece, mas ouviu dizer que é um excelente funcionário. Ainda sobre este assunto, referiu que o Senhor Presidente moveu um processo disciplinar, propôs, acusou e votou a acusação. Para terminar deixou a convicção de que não tem dúvidas nenhuma de que a Câmara irá ser condenada e que o funcionário irá ser absolvido, e que um dia se irá provar este facto.

Dito isto, questionou o Senhor Presidente, sobre quem iria pagar a indemnização ao funcionário. Se iria ser o Senhor Presidente da Câmara e os seus vereadores, que votaram a favor, ou se iria ser a Câmara.

Questionou ainda para o facto de o Senhor Engenheiro Vilaça vir a ser absolvido, se o Senhor Presidente da Câmara iria fazer um pedido de desculpas público, porque na sua maneira de ver, ficava muito bem ao Senhor Presidente da Câmara tal acção. Referiu que tinha uma proposta para fazer ao Senhor Presidente da Câmara. Relembrou mais uma vez, que não conhece o Senhor em causa, é sabido que toda a gente erra, e no caso do Senhor Presidente da Câmara não é excepção, porque errou muitas vezes e irá errar muitas mais, mas nesta situação, aconselhou o Senhor Presidente da Câmara para tentar

falar com o Senhor Engenheiro Vilaça, se for possível, chegando a um acordo e acabar com isto. Porque, referiu quem vai pagar tudo isto vamos ser “nós”. Porque no caso de a Câmara vir a ser condenada, irá ser do dinheiro de todos “nós”, que irá ser paga a indemnização.

Informou que tinha um outro assunto para falar com o Senhor Presidente da Câmara, sendo um assunto que lhe tocou muito, e toca a qualquer pessoa que tenha pessoas falecidas. Referiu-se à capela da aldeia de Quintela, e sobre esta questão alegou que em tempos a própria Câmara apresentou um projecto no Parque, para recuperar a referida capela. Adiantou que se pode comprovar o património da capela de Quintela, pelas pedras e pelas fotografias publicadas por um arqueólogo. Funcionou em tempos como cemitério, como antigamente era costume. Informou que fez um levantamento, das várias pessoas que foram enterradas naquele local, sendo que a última pessoa que lá foi sepultada foi há quarenta e seis anos. Considerou ser muito mau não haver respeito para aqueles que estão sepultados e para os seus familiares. Deu o exemplo do representante da Junta dessa Freguesia, que tem lá um irmão com dezoito anos de idade, idade que tinha quando faleceu, assim como um tio e um sobrinho. Considerou que se não existe respeito por aqueles que já morreram, sente-se na obrigação de fazer alguma coisa, porque a culpa, a seu ver, não irá morrer solteira. Referiu também ter em seu poder, um abaixo-assinado da população, com mais de cinquenta pessoas da aldeia, adiantando que as restantes não falam com medo de represálias. Chamou a atenção para o facto deste assunto ser de grande gravidade, porque retiraram de lá terra, com os ossos das pessoas que lá foram sepultadas, colocaram-na não se sabe onde. Dito isto, referiu que o Senhor Presidente da Câmara foi durante doze anos, vereador da cultura da Câmara, era património seu. A questão que colocou foi o porquê de a referida capela, não ter sido recuperada. Adiantou que a Câmara chegou a fazer um projecto que entregou no Parque, que depois por falta de verbas não o conseguiu concluir. Não compreende o porquê de demolirem com uma máquina, sem mais, nem menos.

Para terminar referiu que já não tem pai, nem mãe, porque já foram sepultados e se algum dia o Presidente da Junta da sua Freguesia, ou qualquer cidadão da Câmara tomasse a iniciativa de agarrar na terra onde eles estão sepultados, referiu que não sabia o que fazer, ou melhor, iria fazer umas perguntas muito concretas ao Senhor Presidente, e se este não lhe responder, alertou para o facto de vir a apresentar uma queixa no Ministério Público, para que este assunto seja resolvido.

Passou a citar as perguntas que constituíram o requerimento, que depois de terminar a intervenção entregou a mesa, do teor seguinte:

“ 1 - De quem é a propriedade da capela/cemitério?

2 – Existiu ou não autorização da Câmara Municipal para a efectiva demolição da capela/cemitério?

3 – Houve notificação da demolição às autoridades policiais e eclesiásticas?

4 – As ossadas de crianças e adultos lá existentes foram identificadas, recolhidas e novamente sepultadas como é de lei?

5 – Qual é esse local?”

O Senhor Presidente da Assembleia, em funções, fez uma chamada de atenção para o tempo previsto para cada intervenção.

O Senhor membro Carlos Costa, respondeu que a Assembleia serve para discutir os interesses do concelho. Adiantou ainda que todos recebem um valor para estar na Assembleia, no seu caso pessoal, se não o recebesse estaria na mesma de bom gosto.

O Senhor Presidente da Assembleia, em funções, voltou a frisar as regras de intervenção que estão no estatuto, pedindo que o seu discurso não se alongasse muito mais.

Tomou novamente a palavra o Senhor membro Carlos Costa, alegando que iria ser breve, pretendia apenas colocar algumas questões ao Senhor Vereador Roberto Afonso. Referiu que numa reunião da Assembleia tinha sido assumido pelo Senhor Presidente e pelo executivo e também em reunião de Câmara que as Empresas Municipais, nomeadamente aquela que é presidida pelo Senhor Vereador Roberto Afonso, não iria admitir nenhum funcionário, ou seja, iriam apenas transitar do actual quadro pessoal da Câmara para as Empresas Municipais. Adiantou que veio a público, que as Empresas Municipais, admitiram três ou quatro pessoas. Questionou então, o Senhor Vereador Roberto Afonso, no sentido de lhe ser explicado em que moldes foram contratadas, quem são essas pessoas, quanto vão ganhar e o que vão fazer concretamente na Empresa Municipal.

Tomou a palavra o Senhor membro Vicente Fernandes, para apresentar uma intervenção escrita do seguinte teor:

“ Boa tarde a todos!

Começo por cumprimentar o Ex.mo Sr. Presidente da Mesa a quem apresento os meus respeitosos cumprimentos.

Cumprimentos extensivos aos Senhores Secretários da Mesa, aos Senhores Deputados e a todas as pessoas aqui presentes.

Cumprimento, naturalmente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores aqui presentes.

Em 1.º lugar, quero deixar um pedido ao Sr. Presidente da Câmara:

Que mande proceder ao arranjo estético do Miradouro conhecido por Monte da Forca, pois constitui um local privilegiado e aprazível, onde as pessoas que por ali passam podem passar óptimos momentos de lazer enquanto contemplam uma rara e maravilhosa paisagem.

Quero em 2.º lugar fazer uma breve intervenção sobre a realidade política do nosso concelho que considero muito pertinente e a minha consciência de deputado desta Assembleia Municipal me impõe que o faça sob pena de amanhã ser responsabilizado por atitudes que devia ter tomado e não tomei.

Ex.ma Mesa da Assembleia

Senhores Deputados

Minhas senhoras e meus senhores

Subo a esta tribuna, para dizer o quanto me entristece ver e ouvir na comunicação social, regional e nacional, o nome do meu concelho pelos piores motivos.

Pela falta de transparência do Sr. Presidente da Câmara, porque terá ocultado à IGAT informações que não devia;

Porque não faculta aos membros desta Assembleia a necessária informação que lhes permita exercer o seu direito de fiscalização.

Pela falta de respeito para com as instituições, pois, em lugar de manter uma posição neutra, reguladora e isenta, intromete-se em processos eleitorais, condicionando a liberdade das pessoas, o que não é fácil.

Se, por um lado, estas notícias me entristecem e surpreendem, por outro, deixam-me, seriamente, preocupado.

Porque faço parte dos Vinhaenses que, como diria o poeta Miguel Torga, “ trocam os Vês pelos Bês, mas não trocam a liberdade pela subserviência”.

Porque estou na política para servir e não para me servir da política;

Só assim, se explica o que aconteceu, muito recentemente, nas eleições para o agrupamento de Escolas de Vinhais:

O Sr. Presidente da Câmara mobilizou toda a sua equipa, desde alguns vereadores, a funcionários que estão directamente sob a direcção para fazerem campanha a favor de uma lista candidata às referidas eleições, condicionando, deste modo, a liberdade de opção de muitos eleitores.

Com esta actuação o Sr Presidente da Câmara perdeu a noção do bom senso, do respeito e da não ingerência nas instituições.

Mas fê-lo com a deliberada intenção de prejudicar não só o Agrupamento, mas acima de tudo, prejudicar e afastar pessoas válidas, trabalhadoras, responsáveis, cá da terra, mas que o Sr Presidente não consegue controlar e/ou manobrar como é sua intenção.

Eu, como a maior parte dos Senhores deputados sabe, eu sou um simples professor, mas um acérrimo defensor do respeito, da tolerância, da educação e da integridade da pessoa humana.

Como também sabem, no presente ano lectivo, fui membro da Comissão Executiva Instaladora do Agrupamento de Escolas deste concelho, juntamente com mais quatro professores que tudo fizemos para que a educação no nosso concelho atingisse um nível elevado de qualidade.

À frente desta equipa encontra-se o Professor Rui Reis que todos bem conhecem: pela sua dedicação, integridade, coerência, trabalho e competência.

Acontece porém, que este professor tem dois grandes defeitos: pensa pela sua própria cabeça e não apoiou o Sr. Presidente na última campanha!

Esta actuação constituía uma dívida!...

Tinha que ser cobrada!... Foi este o momento certo!

Como também é do vosso conhecimento, em 2006, procedeu-se à polémica reestruturação da rede escolar, que originou profundas alterações ao nível da educação.

A antiga E.B 2.3 foi extinta, tendo os seus alunos passado para a escola secundária.

Encerraram várias escolas do 1.º ciclo, concentrando-se todos os alunos em apenas 5 escolas de acolhimento entre elas a EB de Vinhais.

Foi necessário gerir os diferentes recursos materiais e humanos: colocar funcionários nas escolas de acolhimento, readaptar os serviços...

Pois bem, desde a primeira hora, o Executivo Municipal tudo fez para interferir nas nossas decisões, pressionando-nos de diferentes formas, querendo pôr e dispor, a seu

belo prazer, quer dos recursos humanos quer dos recursos materiais e até dar orientações na área pedagógica.

É óbvio que não conseguiu. Ora, não conseguindo os seus objectivos, tudo fez para obstruir o nosso trabalho.

Digo obstruir, porque foi exactamente esse o seu intuito.

Assim, tudo fez para denegrir a imagem da Escola Secundária, junto de alunos, pais e comunidade local intoxicando-os com inverdades.

Relativamente ao Ranking;

Relativamente à qualidade dos professores;

Relativamente ao aproveitamento escolar dos alunos;

Questionando a própria qualidade da escola, comparada com outras.....

É lamentável, Sr Presidente, que não olhe a meios para atingir os fins e sobretudo que não tenha a humildade de assumir as suas responsabilidades.

Sabe muito bem, Sr Presidente, que Educação não é apenas da responsabilidade de alguns, mas de todos: da família, da escola, da comunidade em geral e da própria Autarquia.

E aqui, Sr Presidente, é bom que esta Assembleia e todo o concelho de Vinhais fiquem a saber qual foi o contributo que a autarquia fez para elevar o nível de educação, ou melhor, que fiquem a saber o que o Sr. Presidente devia fazer e não fez.

Desde logo e em primeiro lugar, que fiquem a saber porque é que as obras de remodelação/ampliação da Escola Secundária, no montante de 1.000.000€ ou 200 mil contos, falando ainda em escudos, que dotariam aquela escola de óptimas condições físicas, nomeadamente: laboratórios, anfiteatro, salas de atendimento, biblioteca, gabinetes específicos... etc, etc, não foram feitas?

Por uma razão muito simples, Sr Presidente..., como a DREN (Direcção Regional de Educação do Norte) confirmou à Associação de Pais, não houve em momento algum política da Câmara para viabilizar aspectos essenciais como: as acessibilidades e outras infra-estruturas básicas.

O que resultou daí?

Que o investimento já homologado pela DREN para Vinhais, fosse transferido para Mogadouro, onde está a ser construído o Centro Escolar.

Em segundo lugar que fiquem a saber que a EB de Vinhais, só não fechou porque o Agrupamento pagou as despesas que eram da responsabilidade da Autarquia.

E o Sr Presidente que é um homem formado em Direito sabe muito bem que é assim, esta responsabilidade da autarquia, não assumida por V.Ex.a, traduziu-se num enorme prejuízo para a educação no nosso concelho, saindo o Agrupamento penalizado em mais de 20.000€

O Agrupamento viveu todo o ano estrangulado, em termos financeiros, para pagar os encargos daquela escola, relativos à energia eléctrica, ao aquecimento e ao telefone.

Em terceiro lugar, porque razão, não se empenhou o Sr Presidente em colocar telefones nas escolas de: Vilar de Lomba, Ervedosa e Penhas Juntas, como, por varias vezes, lhe foi solicitado ao longo do ano lectivo?

Por que não colocou equipamentos lúdicos nas escolas do 1.º ciclo e outro material, tantas vezes solicitado?

Na resolução destes pedidos teria o Sr. Presidente dado provas da sua preocupação e do seu empenhamento pela educação.

Mas nem o Sr. Presidente nem o Sr. Vereador da Educação revelaram qualquer sensibilidade nesta área, pois não a têm!

Preocuparam-se antes em utilizar os alunos e professores, quer na Festa de Natal, quer no Dia Mundial da Criança para se auto-elogiarem, chamando a televisão e os jornalistas.

Se o Sr. Presidente se preocupasse com a Educação seria um aliado sério do Executivo do Agrupamento e não um opositor permanente.

Não pense, Sr. Presidente, que esta minha posição se deve, somente, ao facto de cessar funções como vice-presidente do Agrupamento.

Não, Sr. Presidente! A minha dignidade é a mesma quer nas vitórias quer nas derrotas!

O que não aceito é que se prejudique a Educação do meu concelho porque alguém não gosta das pessoas que estão no Órgão de Gestão.

O que eu não aceito é o desrespeito e a ingratidão que o Sr. Presidente revelou para comigo e para com a minha equipa, durante todo o ano lectivo.

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados, quero deixar a todos uma palavra de respeito e agradecimento pela colaboração e cordialidade tidas durante estes anos, nos quais procuramos fazer o melhor pelo nosso concelho.

Ao Sr. Presidente da Mesa desejo os maiores êxitos na orientação e condução dos trabalhos desta Assembleia.

Foi um prazer trabalhar consigo e com todos os senhores deputados.

A todos peço desculpa por me ausentar, solicitando ao senhor Presidente da Mesa que cumpra o disposto no art. 38.º do Regimento desta Assembleia.

Eu, por razões de ética e coerência pessoal e política, pedirei a suspensão do meu mandato, pois, como diz o ditado “ *Quem não se sente, não é filho de boa gente*” e eu orgulho-me de ser filho de boa gente.

E, como filho de boa gente e amigo do meu concelho, continuarei atento e a lutar pela dignidade e pela defesa das liberdades e garantias fundamentais dos Vinhaenses.

A todos o meu Muito Obrigado”.

Terminada a intervenção, o membro Vicente Fernandes ausentou-se da sala de reunião, não tendo voltado a comparecer até ao final da sessão.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, que começou por cumprimentar todos os presentes e referiu que as coisas não estavam a ir pelas vitórias... quando se ganha é mais fácil!

Passou a felicitar o Senhor Presidente da Câmara pela intervenção no Ministério das Obras Públicas, pela rapidez da estrada da Serra estar quase a chegar ao Zoio. Referiu também ter ouvido dizer que irá ser prolongada até à Bouça. Considerou ser esta uma luta antiga de muita gente. Agradeceu mais uma vez a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e passando para a questão do Parque Natural de Montesinho, referiu que este problema irá prejudicar não só a área do Parque, mas também o concelho de Vinhais, pela maneira como o Governo actual quer implantar a sua gestão. Considerou que para decidir algo sobre o Parque não pode ser feito por pessoas que nem sequer conhecem o Parque Natural de Montesinho.

De seguida, dirigiu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, referindo que poderá contar com apoio da Assembleia.

Manifestou o desejo que da Assembleia saísse uma comissão para acompanhamento do negócio da zona dos parques.

Para terminar respondeu ao membro Carlos Costa, relativamente ao Centro Social e Paroquial de Ervedosa, que só o iria fazer porque o Senhor Padre António Pires o autorizou a fazê-lo.

Alertou que nestas situações se devem dirigir ao Direcção do Centro Social e Paroquial e nunca ao “ Franclim”.

Sobre esta questão referiu que pediram setenta e cinco mil euros para a Instituição, para fazer umas obras que ainda não estão feitas, apenas foi feita a jardinagem. Referiu também que gostava de ver, com este pouco dinheiro, as obras quase concluídas em Rebordelo, Edral e Moimenta.

Adiantou que sendo uma obra financiada pelo estado, em duzentos e vinte cinco mil euros, cerca de quarenta e cinco mil contos, destes quarenta e cinco mil contos, foram noventa por cento a fundo perdido, que é o programa dos centros de noite, porque os lares têm cinquenta e cinco. A obra em si, custou cerca de trezentos e noventa e um mil euros, e a Câmara Municipal de Vinhais deu cento e vinte e cinco mil euros. O restante dinheiro teve que se arranjar, faltando ainda o equipamento.

Relembrou que estão todos de consciência tranquila, e quando falta um “tostão”, é posto por si. Adiantou também que não há desvios, nem as obras são entregues a quem não ganha os concursos.

Para terminar declarou que mandou um ofício para a Câmara Municipal a explicar esta questão, em trinta e um de Maio de dois mil e sete. Foram-lhe pedidos os documentos por escrito e estes foram apresentados.

Manifestou o desejo que todos na Assembleia tivessem respeito uns pelos outros, porque no passado houve pessoas que falaram muito alto e depois falaram baixo, tendo dado indemnizações.

Relembrou ainda que o Centro Social e Paroquial de Ervedosa e Agrochão e a Santa Casa da Misericórdia de Vinhais, sabem que a Lei diz que têm que ter conselho fiscal. As contas são aprovadas e estão à disposição de toda a gente, assim como nas juntas de freguesia.

Terminou referindo que estas coisas não chateiam as pessoas, porque são “os vossos próprios” que andam chateados com estas coisas.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, agradeceu a intervenção e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

Tomou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por cumprimentar todos os presentes e referiu que não é hábito usar da palavra neste período, no entanto devido à pertinência de algumas questões que merecem com todo o respeito, algumas considerações da sua parte, tendo pena que as pessoas se ausentaram não ouçam a resposta.

Dirigiu a palavra ao membro Carlos Costa e no tocante à questão dos lares, declarou que aquando das primeiras candidaturas para os três lares, alguém do seu partido lhe tinha garantido que uma delas estava aprovada, e por isso caiu no erro, de dizer o mesmo, ao Presidente da Junta e da Instituição. Referiu que cometeu este erro, porque a própria Directora da Segurança Social também o tinha cometido.

Aquando da visita do Senhor Presidente da República, tinha aproveitado o momento, para publicamente, lhe pedir que intercedesse dentro dos seus poderes para que não se ficasse só com a aprovação de um lar.

Foi-lhe dito pelo Senhor Presidente da República que iria ser feito tudo o que estivesse ao seu alcance para que fosse aprovado mais algum lar.

Veio depois a concluir que o poder do Senhor Presidente da República nesta matéria é muito menos do que aquilo que pensava, quando veio a resposta da não aprovação de nenhum lar.

Ainda sobre a questão dos lares, referiu que o membro Carlos Costa tem direito a perguntar tudo o que quiser, por outro lado só se sente no direito de responder aquilo que deve responder. As questões devem ser formuladas aos Presidentes das Instituições, porque a Câmara de Vinhais não candidatou a construção, nem a aprovação de nenhum lar. Foram as Instituições que apresentaram as candidaturas, sendo que a Câmara apenas deu o apoio técnico e logístico e irá dar também parte da verba, no caso de serem aprovados.

Quanto às conversas tidas com os Presidentes das Instituições, referiu que estão em segredo, e que não lhe dizem respeito.

Quanto à questão do processo disciplinar, referiu que não há processos políticos em lado nenhum. Esclareceu que não acusou ninguém, apenas nomeou um instrutor do processo que fez a acusação, que foi votada em reunião de Câmara, nos termos da Lei, com quatro meses de suspensão para um técnico da Câmara. Nos termos da Lei, a votação é secreta, mas pelo que se viu, não foi secreta. Ao dizer que “tenho a certeza que vai ser absolvido”, parece que o membro Carlos Costa orienta a justiça no concelho de Vinhais ou da Região.

Sobre a questão de quem irá pagar a indemnização, referiu que não imaginava que os vereadores do PSD, tivessem quebrado o segredo a que estão obrigados por Lei.

Conclui que se trata de um processo que está a andar, e não se irá pronunciar. Está nos tribunais, sendo que a Câmara contratou um advogado do concelho e em tribunal irão debater-se posições, sendo seu desejo que a Câmara saia vencedora.

Ainda sobre esta questão, referiu que o funcionário em causa, é técnico, é engenheiro, mas antes deste caso, houve dois processos disciplinares a duas “desgraçadas”, e sobre estas ninguém levantou a voz, ou não tiveram conhecimento. Apesar de dizerem não conhecer o funcionário em causa deste processo, tiveram conhecimento do caso.

Quanto aos dois casos que não foram lembrados, declarou que um é auxiliar de serviços gerais, tendo-lhe emprestado dinheiro no momento em que lhe leu o relatório. O outro caso foi também semelhante.

Concluiu referindo, que em sua opinião os funcionários são todos iguais. Premeia-se aqueles que têm que ser premiados, e sofrem as consequências disciplinares aqueles que as merecem.

Quanto à questão da capela de Quintela, alegou não conhecer o projecto que o membro Carlos Costa referiu e adiantou que não se lembra da referida capela. Sabe apenas, porque lhe informaram que estava coberta de silvas. Quanto à ameaça que lhe foi feita, de apresentar uma queixa ao Ministério Público, se nada for feito, sobre esta questão referiu que já se está a tornar um hábito.

Passou a responder concretamente às perguntas colocadas. Referiu não fazer ideia de quem é a propriedade da capela. Não existe qualquer autorização da Câmara para demolir a Capela, apenas teve conhecimento da demolição, pelos três elementos da Junta de Freguesia, sendo que depois do acto consumado, não opinou, apenas se disponibilizou para ajudar a construir uma capela nova. Quanto à notificação e às ossadas, referiu não ter conhecimento.

Quanto à questão das Empresas Municipais informou que o Dr. Roberto passaria a explicar, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração.

No tocante às questões levantadas pelo membro Vicente Fernandes, declarou que se não fosse obrigado a responder às questões que lhe foram levantadas, não iria responder absolutamente nada.

Uma vez que é sua obrigação responder, e tendo em conta que o membro em causa se ausentou da sala, solicitou que lhe fosse transmitida a explicação às questões colocadas.

Sobre a questão da IGAT, passou a citar o conteúdo da carta enviada à Câmara Municipal. Declarou que teria todo o gosto em poder divulgar o relatório, mas sendo matéria sigilosa, não o iria fazer.

Declarou também que tal como foi dito pelo membro Vicente Fernandes, não gostava de ver o nome de Vinhais, envolvido em polémicas. Mas gostava de ver o nome de Vinhais envolvido em polémicas que são necessárias, como a do Parque Natural de Montesinho.

Aqui o membro Vicente Fernandes, poderia com a “tal” dignidade que quis transmitir na intervenção, dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela luta que trava contra o seu governo, na defesa do que são os interesses das populações do Parque Natural de Montesinho.

Considerou que, quando se perde é uma coisa do outro mundo, por isso as pessoas deveriam esperar uns dias, e depois, a frio, fazer intervenções com calma e com educação, porque a dignidade quando se perde, não é a mesma de quando se ganha. Quanto às críticas apontadas pelo membro Vicente Fernandes, declarou que teve dois anos para as apontar e não o fez, fê-las hoje, porque tinha perdido as eleições, porque se as tivesse ganho, estaria tudo bem com a Câmara. Considerou ser esta a explicação. Passou a informar que quem ganhou as eleições foi um professor do PSD e por isso o membro Vicente Fernandes considerou que foi o Senhor Presidente da Câmara que influenciou o resultado. Considerou que este facto não cabia na cabeça de ninguém, apenas na cabeça de alguém que a determinado momento estava desorientado. Referiu não se tratar de um homem desorientado, mas sim, bem formado, que estima e que respeita, pessoa com grande dignidade profissional, sendo que hoje está desorientado. Aquilo que o membro Vicente Fernandes proferiu, provavelmente com alguma ajuda, foi um discurso inflamável e altamente depreciativo.

Relembrou mais uma vez que nunca se intrometeu nas eleições da Escola Secundária, e nunca deu instruções a nenhum seu colaborador para fazer campanha por A ou por B, por vários motivos, e um deles, deve-se ao facto de ser da opinião que não se deve intrometer nessa tarefa, porque tem os seus filhos lá a estudar, e quer, por isso, que entre eles, e entre todos, exista um bom relacionamento.

Deixou o alerta para o facto a Câmara ter todo o interesse em se pronunciar, sobre a escola, sendo que o Senhor Vereador Manuel Gonçalves numa Reunião de Câmara, puxou e a seu ver muito bem, o assunto do insucesso escolar.

Ainda sobre esta questão da escola adiantou que aquilo que aconteceu, acontece também àqueles que estão no poder há muito tempo. Ou seja, ao capitão Sobrinho Alves, que ao fim de catorze anos perdeu. O Senhor engenheiro Carlos Taveira não perdeu porque soube sair a tempo, e também da mesma forma pensa perder, se não souber sair a tempo. O importante é saber aceitar.

Informou todos os presentes que, várias vezes o conselho directivo da escola, lhe disse que a Câmara de Vinhais era um exemplo para o resto do país, e a DREN disse-o

também, no que diz respeito aos estudantes, porque em nenhum concelho do país existe um sistema de transporte gratuito e tão bem organizado como no concelho de Vinhais.

Também nenhum concelho funciona tão bem a nível da alimentação dos alunos como funciona o concelho de Vinhais. Tinha lhe sido dito pelo conselho directivo que o grande problema dos alunos andarem nos cafés era os autocarros não irem à escola.

Durante vários anos tentaram fazer com que os autocarros fossem à Escola, apenas este ano foram, porque mandou fazer as acessibilidades, alcatroando a estrada pela traseira da Escola. Quanto aos telefones já estão espalhados pelas Escolas, assim como material informático, vídeos e jogos, assim como as obras em Vilar de Lomba e Ervedosa.

Nunca o Agrupamento pediu um transporte que a Câmara tivesse negado.

Este ano considerou que a Câmara foi uma autêntica “Agência de Viagens” ao serviço da escola. Quanto às contas referiu estarem todas feitas.

Concluiu que não tem, nem vai assumir, nem deixa que ninguém fique a pensar que o Senhor Presidente da Câmara ou alguém da Câmara tenha tido alguma coisa a ver com estas eleições. As eleições tiveram a ver com a concentração dos alunos, é uma ideia que defende como boa, e com a mudança dos alunos do antigo ciclo para a Escola Secundária que o actual Presidente do Conselho Directivo travou e em seu entender correctamente. Por esse motivo o apoiou nessa parte.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, agradeceu a intervenção e passou a palavra ao Senhor Vereador Roberto Afonso, para prestar esclarecimentos.

Tomou a palavra o Senhor Vereador Roberto Afonso, que começou por cumprimentar todos os presentes e num primeiro momento referiu que pretendia relembrar o membro Carlos Costa que a sua posição é como Vereador e não como Presidente do Conselho de Administração da Empresa, que poderia ter sido outra pessoa qualquer.

Como presidente eleito para este cargo referiu que foi feito um estudo antes das Empresas Municipais começarem a funcionar, que previa o funcionamento de determinados serviços, com vários funcionários. Existem funcionários que são recrutados e outros que são cedidos, numa cedência especial, contemplada na Lei. Corrigiu o membro Carlos Costa que são apenas dois funcionários e não quatro funcionários que foram contratados para a empresa nos termos legais.

Considerou ser mão-de-obra qualificada com ordenados que não são tão bons como se pensa, porque uma técnica superior está contratada a receber setecentos e cinquenta euros e a outra técnica que é uma administrativa está a receber seiscentos euros.

Terminou informando que a Empresa Municipal presta sempre contas à Câmara e que poderá transmitir também à Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, agradeceu a intervenção.

Solicitou a palavra o membro Carlos Costa que começou por referir que o Senhor Presidente da Câmara tem direito a trinta minutos se for na intervenção, por essa razão, solicitou que o Senhor Presidente da Câmara lê-se o regulamento.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, interrompeu declarando que o membro Carlos Costa fizesse o mesmo.

O membro Carlos Costa concordou, e referindo-se novamente aos lares, pelo facto de o Senhor Presidente da Câmara ter falado com os Presidentes das Comissões Fabriqueiras, e sobre esta questão, perguntou novamente, ao Senhor Presidente da Câmara, se já sabe se as candidaturas foram ou não aprovadas, por parte do governo.

A informação que lhe chegou foi que nenhuma foi aprovada. Informou o Senhor Presidente que todos estão do seu lado e o apoiam nesse aspecto, só deixarão de o apoiar se o Senhor Presidente ficar calado, surdo e mudo. Se o Senhor Presidente da Câmara se manifestar com a população e mostrar o descontentamento ao governo por esta atitude, partilharão ambos a mesma atitude. O mesmo referiu para a questão do Parque Natural de Montesinho.

Quanto ao recado que o Senhor Presidente da Câmara lhe transmitiu, só serve em relação a uma pedreira, que funciona ilegalmente e que polui em muito o Parque Natural, quanto ao resto, referiu partilhar da opinião do Senhor Presidente, e aceitar a proposta do Senhor Presidente da Junta de Ervedosa.

No tocante à Capela referiu que o Senhor Presidente da Câmara passou toda a responsabilidade no Senhor Presidente da Junta de Paçó.

Relembrou que o Senhor Presidente da Câmara esteve doze anos como Vereador da Cultura e não soube durante esse tempo que a Câmara tinha entregue um projecto para requalificar aquela Capela no Parque Natural. Sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara que questionasse o Parque sobre o assunto. Adiantou que o seu partido já tem essa resposta, e que não tem medo de ameaças.

Referiu também que respeita as pessoas, nunca faltou ao respeito, e por isso exige ser tratado da mesma forma.

Ainda sobre a questão da Capela referiu que não iria adiantar mais nada sobre o assunto, porque alguém no local certo iria explicar tudo isto.

Referindo-se às Empresas Municipais e dirigindo a palavra para o Senhor Vereador Roberto Afonso, lembrou que está no projecto e foi assumido tanto na Câmara como na Assembleia, que não iriam admitir pessoal de fora. Não está em causa as pessoas em questão, mas não vale a pena dizer que são duas, porque a verdade é que vão ser quatro.

Em sua opinião seria correcto abrir concurso, para admitir essas pessoas. Voltou a frisar que não está em causa as pessoas, uma é nora do Senhor Vereador Salvador e a outra é Presidente da Junta de Edral. Não está contra o facto de serem elas mesmo, apenas concorda que deveria ter havido concurso, porque democracia não é nomear as pessoas.

Respondendo ao Senhor Presidente de Junta de Ervedosa referiu tem uma coisa boa, apesar de ser criticada por muitos, que é, aquilo que faz ou diz, di-lo às pessoas, não manda responder por ninguém. Por isso considerou que seria uma atitude de respeito, o Senhor Presidente de Junta de Ervedosa fazer o mesmo.

Para terminar referiu que tem pelo Senhor Presidente da Junta de Ervedosa um grande respeito e nada o move contra si ou contra outra pessoa ali presente.

Sente que é um direito seu, pedir esclarecimentos sobre aquilo que entende que está mal ou bem. Referiu ter visto o protocolo, e ter andado um ano, à espera do protocolo assinado pela Comissão Fabriqueira e pela Segurança Social, após ter falado com a pessoa que o assinou.

Ainda sobre esta questão, alertou que, quando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa disse, que o povo tinha pago um valor qualquer, para construir o Centro de Noite, essa informação é falsa.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia interrompeu a intervenção para solicitar ao membro Carlos Costa que lesse o documento.

O membro Carlos Costa referiu já ter lido o referido documento e por isso não iria retirar aquilo que disse.

Adiantou também que não pretende acusar o Senhor Presidente da Junta de Ervedosa, de ter utilizado o dinheiro. O que está em causa é o esclarecimento das coisas.

Por isso perguntou à Câmara onde foram gastos os setenta e cinco mil euros, que ainda não foram gastos naquilo que o Senhor Presidente da Junta pediu, ou seja, fazer umas

obras de adaptação do rés-do-chão do edifício e arranjos exteriores. Tem conhecimento que nenhum desses trabalhos foi efectuado, daí as suas dúvidas.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, interrompeu a intervenção do membro Carlos Costa para informar que o tempo estava largamente ultrapassado.

Seguidamente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, para se pronunciar sobre as questões colocadas, este tomou a palavra para esclarecer o membro Carlos Costa que o documento tem as datas da entrada na Câmara. Os muros estão feitos, não compreende por isso o porquê, de o membro Carlos Costa ainda não os ter visto. Sugeriu que pedisse o projecto para ver se este contemplava muros.

Continuou referindo que o membro Carlos Costa não sabe aquilo que diz, porque quando se falou em arranjos exteriores, afirmou ter respondido a tempo à Câmara Municipal, e ter consigo uma cópia. Quanto aos trabalhos feitos, e aos ainda por fazer, informou que irão ser feitos todos os que se propuseram fazer. Alguns estão feitos há cerca de um mês.

Ainda sobre esta questão, informou que a Comissão reuniu e lavrou uma acta na qual dá conhecimento dos trabalhos que estão feitos, dos setenta e cinco mil euros que não foram gastos, porque ainda têm mais trabalhos a fazer.

Terminou referindo que a Segurança Social aprovou um projecto no valor de duzentos e vinte e cinco mil euros, e destes, noventa por cento são a fundo perdido, sendo que a obra total custa trezentos e noventa e um mil euros. Aquilo que a Câmara deu está escrito o resto arranjou-o a direcção do Centro Social. Não compreende por isso, o porquê de pensar que a população não deu dinheiro. Adiantou ainda que um popular deu cem mil euros. Solicitou ao membro Carlos Costa que os seus esforços fossem no sentido de desencravar o sistema.

Relembrou e para terminar que naquele mesmo local teve coragem de dizer ao Senhor Deputado Mota Andrade e ao representante do Governo, que se ele fosse o representante da Câmara não os deixaria entrar no concelho, porque só têm prejudicado o concelho de Vinhais.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, interrompeu a intervenção para informar que as regras são iguais para todos os membros. Toda a gente tem direito de

resposta, mas este não pode ser eterno. Para o caso de haver questões pessoais, solicitou que fossem tratadas no exterior.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara se pretendia exercer o direito de resposta. Foi-lhe comunicado que não o pretenderia fazer.

2 – Ordem do dia

2.1 – Apreciação e votação da acta da reunião anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, questionou os Senhores membros para o caso de pretenderem fazer alguma inscrição. Ninguém manifestou intenção de intervir.

A acta foi posta em votação e aprovada por maioria com uma abstenção.

2.2 – Leitura Resumida do Expediente

Neste ponto tomou a palavra o Primeiro Secretário, em exercício, que passou a citar alguns títulos de correspondência recebida, nomeadamente o pedido de suspensão de mandato por um período de doze meses, do membro Helder Manuel Alves Correia, membro eleito do PSD. Também um ofício da Câmara Municipal de Vinhais referente ao requerimento apresentado pelos membros Carlos Costa e Carlos Abel, relativamente ao balancete de terceiros, com movimentos contabilísticos referentes ao ano de dois mil e seis.

Referiu ter sido recebido também, o plano de ordenamento do Parque Natural de Montesinho, enviado pela Câmara Municipal de Bragança. Também do Município de Bragança chegou uma moção relativamente à Auto-estrada de Bragança-Amarante.

Da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros chegou uma comunicação fazendo referência ao Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Algumas diligências do Senhor Deputado Adão Silva e correspondência vária da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Por fim, chegaram também, varias comunicações e solicitações do Partido Comunista Português feitas ao Governo através da Presidência da Mesa da Assembleia Nacional.

Para terminar referiu que toda esta correspondência poderá ser consultada em sede da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, agradeceu a informação prestada pelo Primeiro Secretário, e passou de imediato ao ponto seguinte passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

2.3 - Intervenção escrita do Sr. Presidente da Câmara.

“Exmº Snr.

Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Secretários da Mesa

Senhores Vereadores Presentes

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e demais senhoras e senhores deputados municipais.

A avaliar pela agenda que a todos foi distribuída para a presente sessão da Assembleia Municipal, temos hoje assuntos de especial importância para discutir e votar.

Desde logo o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho.

Muito embora não decorra da lei a obrigatoriedade do Plano de Ordenamento ser discutido neste órgão, entendi por bem sugerir à Assembleia Municipal pronunciar-se sobre o mesmo, no sentido de nos pronunciarmos negativamente, tal como fez a Câmara Municipal.

Em termos de obras e investimentos, tudo corre dentro da normalidade, tanto as obras por administração directa como as empreitadas.

As obras de qualificação e arranjo rodoviário da denominada “curva do Celero” estão praticamente prontas, sendo que a sua inauguração pode acontecer em qualquer altura. Trata-se de uma obra de grande importância em termos de ordenamento de trânsito e de embelezamento daquela zona da Vila, sendo que é hoje uma das zonas mais habitadas e por isso se impunha aquele investimento, todo ele, note-se executado por administração directa, pelos funcionários da autarquia, que ali deixam uma marca do que é trabalhar bem.

Inclui-se nesta obra o arranjo da rua por detrás do antigo Centro de Saúde e da Av. Padre Firmino.

Estamos neste momento a colocar os avisos para a venda dos lotes a jovens de forma a que possamos ter ali uma zona urbana de excelência, cumprindo assim um compromisso feito aquando das propostas eleitorais.

De realçar também o esforço que estamos a fazer no arranjo de espaços públicos, o que é bem ilustrativo com o facto de termos plantado, só nesta Primavera, mais de 60 árvores de rua, por sinal bem caras.

Já está empreitada e entregue o arranjo do largo na Rua da Gasparona junto ao quartel da GNR e do alargamento do mercado de gado.

Já inauguramos a Casa da Música no Centro Histórico e aí está a funcionar a Escola Municipal de Música, num espaço pequeno mas muito agradável e bem recuperado.

Terminou também fisicamente o arranjo dos passeios e largo da feira em Rebordelo e em Ervedosa.

Os saneamentos empreitados continuam nas diversas aldeias, em execução, bem assim como dezenas de obras nas diversas freguesias, executadas directamente pelas Juntas mas com financiamento da Câmara.

Os arruamentos em Sobreiró de Cima e Valpaço, fisicamente estão terminados e a conclusão da estrada entre Vinhais e o cruzamento de Vila Boa prevê-se para breve.

A estrada entre Curopos e Vale de Janeiro, está pronta, inaugurada e ao serviço de todos aqueles que têm o bom hábito de visitar o Santuário de Nossa Senhora da Saúde e também dos residentes na Maçaira e Vale de Janeiro.

Os trabalhos de consolidação da muralha do Castelo estão terminados e a intervenção de qualificação da zona histórica deve ficar prontos durante o Verão.

A obra de arranjo de toda a rua principal de Vinhais, tanto ao nível dos passeios, estacionamento, parte eléctrica e limpeza de muros continua a bom ritmo, bem assim como a construção dos parques de estacionamento, praça do município, parque verde, jardim público do Largo do Arrabalde e primeira fase de recuperação das Casas Novas.

Estamos a tentar que algumas destas obras estejam prontas ainda durante este Verão.

O Parque Biológico está praticamente concluído, estamos na fase das limpezas do espaço, equipamento das instalações e licenciamento do Parque para poder receber os animais.

É desejável que a sua abertura ao público se verifique ainda durante este Verão, mas não tenho a certeza se tal será possível.

Trata-se de uma obra executada em tempo recorde, pois iniciou-se no último Inverno e é um importante investimento para o concelho e para a região.

Neste momento já estamos a tratar de um outro grande projecto para aquela zona a fim de ser candidatado ao próximo QREN.

Brevemente iniciaremos por administração directa os trabalhos de arranjo das rotundas das piscinas e do cemitério e estamos a fazer o estudo para o arranjo urbanístico da entrada da Vila no sentido de quem entra vindo de Rebordelo.

Deixo também a informação que está a ser melhorada a estrada do Zoio à Torre D. Chama a cargo da Estradas de Portugal, SA.

Antes de terminar, uma breve exposição para comunicar a todos que a Câmara Municipal e toda a comunidade educativa no final deste ano lectivo fez um balanço muito positivo e realço o sucesso do que foi a mais profunda reforma implementada no concelho de Vinhais e em outros concelhos do País ao nível do 1º ciclo, ao mudar a escola primária da Vila para as instalações do antigo Ciclo, ao concentrar todos os alunos da primária em apenas 4 pólos e termos disponibilizado a esses alunos as actividades extra-curriculares de inglês, música, educação física, informática, natação, almoço para todos, transportes para todos, tudo suportado pelos cofres da Câmara e ao concentrarmos na Escola Secundária todos os restantes níveis de ensino.

Apesar de os Vereadores do PSD na Câmara Municipal e alguns elementos da Assembleia terem estado sempre contra, não só não estamos arrependidos, como estamos muito satisfeitos com o sucesso de tal reforma, principalmente porque foi a Câmara e neste mandato que conseguiu, também ao nível dos mais novos, cumprir o princípio de igualdade de tratamento. Este facto é para mim, Presidente da Câmara, cidadão, educador e democrata convicto, motivo de grande alegria e dever cumprido.

Sou um homem de convicções, determinado e permanentemente apaixonado por aquilo que faço. E com a mesma determinação com que participei na maior reforma do ensino dos últimos 30 anos, participei também e dei todo o apoio nas recentes medidas tomadas pelo Governo quanto aos cuidados de saúde. Não me arrependo e o tempo vai dar-me razão. Os Vinhaenses estão melhor servidos e vão ainda ficar muito melhor. Brevemente darei conhecimento à Assembleia de outros investimentos nesta área.

Apesar de alguns com estas medidas não concordarem e terem-no tornado público através de comunicado enviado para casa das pessoas, atitude que respeito completamente, podem ter a certeza que em matéria de oferta de cuidados de saúde, estamos no caminho certo.

Para terminar vamos a contas: Temos hoje de dotações orçamentais 781.223,90 e não orçamentais 696.836,29, muito menos que há uma no atrás. Ainda bem que assim é. É sinal que estamos a fazer investimentos.

A título meramente informativo, dou-lhes conta que ainda hoje vão entrar nos cofres da Câmara cerca de 300.000 € e que não estão ainda contabilizados nas verbas supra expostas e que temos a receber de obras financiadas, de trabalhos que já pagamos, mais de 1.000.000 € de fundos comunitários.

Portanto, ainda que não nademos em dinheiro, a situação financeira está mais que controlada, mas isso não significa que se possa gastar de qualquer maneira. É que nunca a Câmara de Vinhais em toda a sua história teve um volume de obras e todas em execução em simultânea como agora, obras essas que sendo a maior parte delas financiadas, têm que primeiro ser pagas com as verbas da Câmara e só depois é que somos reembolsados dos fundos comunitários.

Portanto há que fazer uma gestão de rigor para podermos cumprir todos os compromissos.

Ainda hoje, um dos temas fortes na comunicação social é o endividamento das Câmaras e a notícia que 80% das Câmaras deste País, estão com a corda ao pescoço. Soube também hoje mesmo por essas notícias que a Câmara de Vinhais faz parte das que estão no grupo das 20% que o ano passado não recorreram a empréstimos. Pois não só não recorremos como amortizamos neste mandato mais de 400.000 € de dívida à Banca.

Tem sido uma gestão de rigor. Temos cortado em tudo o que pudemos e deixo-vos só dois exemplos que estão bem explanados nas contas que foram aqui aprovadas, mas que ninguém, pelos vistos reparou, ou então alguns repararam mas não quiseram falar: no último ano do anterior mandato o futebol de Vinhais recebeu mais de 25.000 contos. Cheguei e reduzi para 8.000 contos. No último ano do mandato anterior as festas da Vila foram contempladas com quase 30.000 contos chegamos e reduzimos para 7.000 contos.

É só isto!...

Aproveito para desejar aqueles que partem para uns dias de férias bem merecidas que aproveitem e recuperem forças e energias para o resto do ano.

Muito obrigado”.

Pedi ainda autorização ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia para esclarecer que nunca proibiria ninguém de entrar no concelho. Mantém-se absolutamente solidário com a Junta de Freguesia de Paçó, e concorda por isso, com tudo o que a Junta de Freguesia de Paçó fez, assim como com todos os trabalhos quer sejam do PS, do PSD ou Independentes.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, agradeceu a intervenção prestada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e passou-se de imediato ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

2.4 – Período de Intervenções.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, anunciou que estavam abertas as inscrições para o período de intervenções.

Antes de passar a palavra o Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, lembrou mais uma vez que seria pertinente que o horário do período de intervenções fosse cumprido. O período de intervenções da Ordem do Dia, deverá ser limitado a sete minutos e o período de resposta se o houver, a cinco minutos.

Inscreveram-se os Senhores membros:

Ruben Almeida

Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais

Carlos Abel

António Miguel

Carlos Costa

Presidente da Junta de Freguesia de Paçó

Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa

Tomou a palavra o membro Ruben Almeida, em que proferiu a seguinte intervenção escrita.

“Existem de facto vários momentos que me dão gozo nesta Assembleia, uma vez que também estou a discutir o futuro da minha terra.

Sem dúvida o momento da informação escrita do Senhor Presidente é o que mais gozo me dá, é o que mais satisfeito me deixa. E deixa-me satisfeito por vários motivos:

- 1 – Dá-nos conta das obras que foram realizadas;
- 2 – Dá-nos conta das obras que se estão a realizar;
- 3 – Dá-nos conta das obras que se irão realizar.

Tudo isto é muito melhor quando vemos e contactamos tais obras e tais actividades.

Por outro lado, apercebemo-nos que nesta mesma assembleia, num discurso completamente oposto e que normalmente vem da oposição, em que tudo vai acabar, tudo vai fechar, destrói-se tudo, tudo está mal e etc... etc.

Eu trabalho no ramo da saúde mental e psiquiátrica e interpreto este discurso com muito teor alucinatório, uma vez que vocês vêem e ouvem coisas que mais ninguém ouve e vê. Com alto teor delirante, pois fazem falsas e maquiavélicas interpretações completamente desajustadas da realidade.

Relembra assim, que se o silêncio não demonstra inteligência em saber, também não mostra meus senhores, ignorância.

Assim mais uma vez, dou uma palavra de apressa ao actual executivo, pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, apelando de igual modo à manutenção do mesmo.

Se assim for será no mínimo excelente.

Para terminar, também gostaria de lembrar um chavão usado uns anos atrás por um vinhaense, que rezava assim: *Ver Vinhais hoje, ou à dois anos atrás, qualquer semelhança é mera coincidência.*”

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, cumprimentou todos os presentes, e passou a referir que pretendia apenas proferir meia dúzia de palavras, mas sentidas.

Adiantou que é uma coisa honesta, sendo aquilo que está a fazer na sua freguesia e que gostaria que toda a gente fizesse.

Referiu que se sente muito satisfeito por um lado e por outro sente-se triste e preocupado.

Deu todo o seu apoio ao Senhor Presidente da Câmara, porque ambos passeiam muitas vezes à noite, na Vila da sua freguesia, e deparam-se muitas vezes com gente a agradecer as obras que está a levar a efeito em Vinhais. Sobre esta questão lembrou mais uma vez que há muitos anos que a Vila não sofria a intervenção que está a sofrer.

Referiu também que muita gente o questiona sobre onde se vai buscar este dinheiro, para pagar todas estas obras.

E confrontado o Senhor Presidente da Câmara, apenas diz “ – *Não te preocupes com o dinheiro, o que interessa são as obras!*”

Por esta razão, mais uma vez mostrou a sua solidariedade para com o Senhor Presidente, para que continue com a forma com a qual está a trabalhar.

Adiantou ainda que uma outra coisa que o deixou satisfeito é que o Senhor Presidente da Câmara, apesar de ser de uma força partidária que está neste momento no poder central, quando chega a hora de se impor, também se consegue impor. Em relação à reestruturação dos Parques Naturais, considerou que o Senhor Presidente da Câmara foi uma pessoa dinâmica, colocada na primeira linha na oposição, para defender os interesses das pessoas da terra.

Por outro lado, considerou haver coisas que o entristece e que o preocupam. Talvez porque se considera demasiado inocente ou porque se calhar, não é muito ambicioso. Em relação às juntas de freguesia, salvo várias excepções, considerou ser unânime nos presidentes de junta reconhecerem o trabalho que na generalidade está a ser feito em relação ao concelho.

A sua preocupação surge porque se fosse Presidente da Câmara, também o ficaria, com as constantes interpolações em relação às transferências para as freguesias. Adiantou que tem conhecimento que até à data, qualquer pedido que fez à Câmara, nunca lhe foi concedido na totalidade, tendo sido sempre bem negociado.

Lamenta por isso, o facto de ter feito uma aquisição de uma máquina que já está ao serviço das pessoas, sendo que a sua aquisição foi aprovada em Assembleia de freguesia, por unanimidade, tendo sido solicitado apoio à Câmara Municipal. Adiantou que o montante da aquisição foi de vinte e cinco mil euros. A verba solicitada foi

aprovada em cerca de quinze mil euros, sendo que alguém na própria posição da Câmara exigia a facturação deste pedido, que exigia que fosse paga a despesa na sua totalidade para depois sim, pedir o apoio à Câmara.

Solicitou que de futuro haja alguma honestidade nestas transferências, porque toda a gente diz que deve ser assim que se deve trabalhar. Anunciou ao Senhor Presidente da Câmara que continue com o seu trabalho.

Referiu também que tem visto muitas obras em Vinhais, e que disse às pessoas numa missa, que se realizou há bem pouco tempo, que tudo está muito bonito, as obras estão muito bonitas, mas que só isto não basta. Porque as pessoas têm que se unir, têm que lutar pelos interesses, porque o poder central olha para nós como “bichos”.

Querem criar aqui os parques naturais e fazer das pessoas quase uns “bichos”.

Por isso, apelou para que tivessem a força suficiente, estando todos unidos, para criar alguns interesses e direitos.

Neste ponto de análise considerou que existem pessoas que em vez de defenderem os interesses das populações, defendem os interesses pessoais. Quando as coisas não correm bem, comparou este momento ao Carnaval, porque essas pessoas fazem disto quase uma brincadeira pessoal, porque na altura da festa, deitam as bombas de mau cheiro e desaparecem.

Manifestou o desejo que as coisas não continuem assim. Porque há assuntos que devem ser debatidos e as pessoas devem estar unidas.

Para terminar proferiu uma frase que neste momento é do Senhor Presidente da República, mas na altura ainda não o era, que diz o seguinte: “*Deixem-nos trabalhar!*”

Tomou a palavra o membro Carlos Abel, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e agradecendo a presença de todos, pela grande audiência da Assembleia.

Referiu que nunca lhe tinham chamado alucinado, considerou o termo interessante e considerou a intervenção de um alucinado.

Referiu também que tem amadurecido muito em termos ideológicos, tem aprendido que há sempre uma opinião e uma opinião contrária, tão defensável como aquela que pretendemos defender. Existem pois duas opiniões, todas elas defensáveis.

Daí considerar que em Assembleia, cabe-lhes uma, que democraticamente é tão legítima como outra qualquer, que é fazer o papel de controlo que esta Assembleia está dotada para tal, do exercício da Câmara.

Referiu perceber também o repto que o Senhor Presidente da Junta lançou relativamente à unidade. Concorde com ele, porque uma vez que são tão poucos, se andarem desunidos não resolverão nada. Relembrou que nesta Assembleia foram apresentadas, votadas e aprovadas por unanimidade, quer em Assembleia, quer em Comissão Permanente, propostas de ambos os Grupos Parlamentares. Por exemplo a ligação ao IP4. Considerou por isso, que têm sido construtivos, dentro daquilo que têm que ser construtivos. Considerou também haver um campo político, e talvez a sua intervenção volte a ir para o campo político porque o Senhor Presidente para além de democrata, que elege conselhos executivos que nem são da sua cor, também é muito humilde, porque o relatório da IGAT, tece-lhe elogios que não mostra, porque diz ser sigiloso.

Quanto à história da IGAT passou a informar que se trata de uma inspeção ordinária. Cada vez que há uma mudança de Câmara por norma a IGAT acciona uma inspeção às contas, para salvaguardar a posição de quem entra. É feita a averiguação de determinados casos, a determinado sector, e dado conhecimento preliminar à Câmara que não é sigiloso. Porque os Senhores Vereadores da oposição têm tanto direito, quanto o Senhor Presidente da Câmara. Todos têm que ter conhecimento do conteúdo, e não apenas do resumo feito pelo Senhor Presidente da Câmara. Ficando todos comprometidos ao sigilo.

Chamou a atenção para este facto, porque o processo que o Senhor Presidente da Câmara tem consigo, e nunca mostrou aos Senhores Vereadores, é um processo que é enviado directamente para o Ministério Público, sem sequer ser atendida a opinião da contestação, visto ser preliminar, que a Câmara vai fazer. Ou seja, no referido relatório, estará tudo menos uma opinião muito favorável. Relembrou as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente a esta questão: *“Nada do que está no relatório é muito grave.”* Concluiu porém, que se não é muito grave, é porque é grave.

Tendo concluído que o resultado do relatório é sem dúvida grave, questionou o Senhor Presidente da Câmara, se as irregularidades e as ilegalidades consubstanciadas, de certeza no relatório, porque estão no Ministério Público, e uma vez que só é enviado para lá quando existe processo criminal, se consubstanciam ou não, irregularidades e ilegalidades, ou consubstanciam penas de perda de mandato. Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara se será este o motivo pelo qual não quer dar conhecimento aos restantes vereadores, desse processo.

Ainda dirigindo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, lembrou que ocultar documentos administrativos a um órgão colegial como a Câmara, consubstancia e infringe a Lei. Incidindo num crime que dá pelo nome “Crime de Abuso de Poder”.

Adiantou ainda que o Senhor Presidente está a tentar tirar proveito pessoal da posição de poder que tem.

Solicitou ainda que o Senhor Presidente da Câmara fosse o máximo conciso e preciso na resposta às perguntas que lhe colocou.

Terminou pedindo desculpa pela sua intervenção alucinatória.

Tomou a de imediato a palavra o membro António Miguel que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e referiu não ter a certeza se está a alucinar, mas se estiver, de seguida irá delirar, porque teve a impressão que o membro Vicente Fernandes suspendeu o mandato e se assim foi, espera não alucinar, para não cansar com o delírio.

Se aquilo que pareceu for confirmado, em nome pessoal e em nome da bancada do PSD, referiu que será uma perda para a Assembleia Municipal e para o concelho a demissão ou suspensão de mandato do membro Vicente Fernandes. Não pretende por em causa os motivos que o levaram a tomar essa decisão, mas em sua opinião esses motivos foram fortes e vão para além do facto de o Executivo ser do PSD.

Considerou haver pessoas com as quais se criam hábitos, que independentemente das posições políticas serem diferentes como a exemplo o membro Eduardo Roxo e o membro José Ribas e também o membro Vicente Fernandes não se deveriam demitir das funções cívicas para que foram eleitos. Adiantou ainda que lhe causou alguma estranheza não ouvir ninguém a referir-se a tal facto.

Quanto ao discurso que o membro Vicente Fernandes proferiu, algumas acusações são realmente graves, a começar o milhão de euros, que saiu deste concelho para outro concelho porque a intervenção da Câmara não foi efectiva ou não foi a mais correcta.

Para além da intervenção do membro Vicente Fernandes é também voz corrente que a Câmara se imiscuiu no processo de eleição do novo concelho executivo, deste modo, a Câmara tem esse direito de o fazer, é uma questão de controlo e a Câmara sendo apoiada politicamente, quererá ter este controle. A partir deste momento a Câmara será sempre co-responsável ou responsável máxima pelo que se vier a passar no concelho de Vinhais.

Deste modo, informou que irá ficar à espera que nos próximos rankings de escola, com a ajuda da Câmara, se comece a ver o Agrupamento de Escolas de Vinhais a subir no ranking de classificação.

Tomou de imediato a palavra o membro Carlos Costa, para referir que na explicação proferida pelo Senhor Presidente da Câmara, relativamente às medidas que ajudaram a baixar as despesas da Câmara, como por exemplo o futebol, esqueceu-se o Senhor Presidente de dizer que foi proposta do PSD em reunião de Câmara, reduzir as ajudas tanto ao futebol de Rebordelo, como ao futebol de Vinhais.

Ainda sobre as contas do passado, lembrou o Senhor Presidente da Câmara que se esquece de alguns pormenores. Ou seja, as contas do passado vinham com muito dinheiro na conta da Câmara. Não sendo sua intenção por em causa a gestão do Senhor Presidente ao longo deste tempo, mas sim apenas lembrar que aquando da sua chegada à Câmara, encontrou três vírgula cinco milhões de euros, mais um vírgula três milhões, da venda das barragens.

Em relação às obras que o Senhor Presidente da Câmara disse que iria apresentar, referiu que estará sempre presente para aplaudir todas as obras que aparecerem, sejam elas quais forem. O problema que vê, é que o Senhor Presidente leva quase metade do seu mandato, a prometer aos eleitores várias obras, IP2 e uma série de obras e até agora ...

Referiu compreender perfeitamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, partilha da sua opinião. Sendo que um dos erros que o Senhor Presidente da

Câmara pode cometer é que quando o Governo diz “ Não “ é não fazer barulho. Aqui o PSD poderá criticar, mas estará sempre ao seu lado, independentemente das obras.

Para terminar e em relação ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais referiu que o PSD na oposição até ao momento, nunca votou, nem inviabilizou nenhuma proposta para qualquer obra. Porque tudo o que passa é votado por unanimidade. Isto para provar que o PSD, independentemente de discordar de algumas obras, vota a favor. Concluiu que, quando o PSD na oposição, tenta exigir que seja cumprida a Lei e que sejam fiscalizadas as obras, está a cumprir o seu dever

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paçó, que começou por cumprimentar todos os presentes e no tocante à questão da capela de Quintela, referiu que aquele espaço era um monte de lixo que ali se encontrava, daí o motivo de terem procurado alguém para demolir aquele lixo, no sentido de ser feito uma capela pequena, para um Santo que o povo ali quisesse por. Adiantou que esta decisão foi falada na Igreja, com o Senhor Padre Ferreira e com os membros da Junta, tendo sido aceite tal decisão. Foi feita a limpeza do espaço, as pedras foram retiradas sem que estas se tivessem partido para perto do cemitério, e sem se mexer na terra onde se encontram as ossadas antigas, sendo que estas ainda se encontram no local. Acrescentou que se pensou fazer um jazigo no cemitério e deslocar para lá as referidas ossadas. Relembrou mais uma vez que na altura toda a gente concordou e por isso a obra foi feita. Mostrou a sua indignação pelo facto de ninguém se ter pronunciado durante o tempo em que aquele espaço esteve como monte de lixo. Não compreende por isso, o porquê de agora que a limpeza foi feita e que o espaço está limpo para ser feita a obra, existirem opiniões contrárias.

Terminou agradecendo o tempo que lhe foi concedido.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, garantindo que iria ser breve, pretendendo apenas informar que no que respeita à questão das Capelas, também na sua aldeia uma Capela se encontrava em ruína e agora está melhor, está mais bonita e está feita. Sobre esta questão referiu que as obras quando se levantam, alguns caem e quando “elas” caem, outros se levantam.

Continuou manifestando o seu descontentamento pela suspensão do membro Vicente Fernandes, referindo que ficou ainda mais triste por um elemento da sua terra, o

membro Helder Correia ter também pedido a suspensão do mandato e o membro António Miguel não se lembrou, tendo entrado no mesmo dia a carta. Referiu ainda que não se deve tirar dividendos com o mal dos outros. Na altura confrontou o membro Helder Correia, pedindo-lhe que não desistisse alegando que faz falta a Ervedosa. Mas de nada serviu o seu pedido, porque acabou por desistir.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, agradeceu a intervenção e passou a chamar a atenção dos Senhores membros para o facto de acontecer invariavelmente, situações em que no uso da palavra de um elemento seja ele do plenário ou da Câmara, se verificar falta de educação básica, porque não são evitados comentários em voz alta, e comentários com a pessoa do lado. Alertou para o facto que esses comportamentos prejudicam e incomodam, não focalizando minimamente este comentário para ninguém, mas sim para todos os presentes.

De seguida passou a palavra ao executivo.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, agradecendo a todos as intervenções feitas, e numa tentativa de esclarecer alguns assuntos, destacou a brilhante intervenção do membro Ruben Almeida. Agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, deixando a convicção de que a sua amizade perdure por muitos anos.

Relativamente à intervenção proferida, o Senhor Presidente da Câmara, fez uma rectificação ao discurso, lembrando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais que já por várias vezes mostrou o seu contentamento com as obras que se vêm fazendo em Vinhais, mas ao fazê-lo está a por em guerra as restantes Juntas de Freguesia.

Relembrou mais uma vez o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, que as obras que estão a ser feitas na Vila, são aquelas que fazem falta, o mesmo se verifica para as aldeias.

Sugeriu, embora considerando não ser obrigatório, que os Serviços Administrativos da Câmara Municipal, mandasse em cada reunião deste Órgão, o mapa de execução das obras públicas. Aí poderão verificar que as obras não são apenas na Vila, nas também nas aldeias. Deu o exemplo da rede de saneamento de Agrochão, Ervedosa e Espinhoso; construção das estações de águas residuais compactas em Celas, Edroso, Sobreiró de Cima, Vila Boa e Valpaço; construção de dezoito reservatórios nas aldeias, mais cinco

reservatórios na Moimenta, Nunes, Paço, Vila Boa e Candedo; Etares de Edral, Vilar de Peregrinos, Candedo, Vilar Sêco e Passos; saneamento em Nunes, Vila Verde e Montouto; colocação de contadores da água em todo o concelho; ampliação do cemitério de Espinhoso, Alvaredos, Paço, Vilarinho de Lomba, Prada, Vilar de Ossos, Pinheiro Velho...

Referiu também que aquilo que está a afligir algumas pessoas, é o facto de não perceberem como é possível com o número de obras que estão a ser feitas na Vila, se conseguir ainda, fazer as obras todas que fazem falta nas aldeias.

Ao membro Carlos Abel, referiu que estava a estranhar muito o facto de ainda não lhe ter falado na questão do relatório. Considerou ser uma matéria que agrada profundamente ao membro Carlos Abel, nomeadamente quando se fala de dignidade e perda de mandatos. Por esse motivo, referiu que já contava com esse discurso, motivo pelo qual nunca o apanha desprevenido. Referiu estar de boca aberta com a ligação que o membro Carlos Abel tem com o Ministério Público, porque sabe coisas que, como Presidente da Câmara não sabe. Questionou o membro Carlos Abel sobre a forma como soube que o relatório foi para o Ministério Público. Se algum Procurador da República do Tribunal Judicial lhe confirmou a chegada do relatório da IGAT ao Ministério Público. O Senhor Presidente da Câmara voltou a frisar que desconhece se foi enviado algum relatório da IGAT para o Ministério Público. Mas no caso de ter sido mandado, não lhe assusta absolutamente nada. Relembrou que durante dezassete anos foi a sua vida, e sempre se saiu bem. Continuou referindo que iria revelar uma parte do relatório, para que o membro Carlos Abel saísse mais contente. Adiantou que o relatório, na sua maior parte se refere ao mandato anterior, porque na altura apenas tinha uns meses.

Solicitou aos Senhores membros que, esta tenha sido a última vez que, ouve dizer que não mostrou o relatório nos termos da Lei aos Senhores Vereadores na reunião de Câmara.

Relembrou que mostrou ao mesmo tempo e na mesma hora o referido relatório aos vereadores do PS e PSD. Sendo que nunca mais o viram, nem uns nem outros, por que está entregue ao Chefe de Divisão Administrativa. Referiu também ter uma certidão passada pelo Sr. Horácio Manuel Nunes, Chefe de Divisão Administrativa que diz: “Certifico que na acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vinhais, realizada no dia dezoito de Maio de dois mil e sete, consta um assunto do seguinte teor: Relatório de

Inspecção Ordinária Sectorial ao Município de Vinhais. O Senhor Presidente informou que já tinha sido recebida nesta Câmara o Relatório de Inspecção Ordinária efectuada pela IGAT ao Município de Vinhais, porque ainda era matéria de natureza sigilosa, não tinha sido enviada fotocópia do mesmo aos Senhores Vereadores. No entanto, propunha-se dar-lhe conhecimento, ponto-por-ponto do referido Relatório, ou em alternativa os Senhores Vereadores consultá-lo. Foi decidido por unanimidade que o Senhor Presidente os informasse do conteúdo do relatório em causa, o que de imediato aconteceu, dispensando a sua consulta.

Dito isto, concluiu que tudo o que se disser contra isso, é de facto uma visão alucinada.

Referiu ainda ter aparecido na Câmara um requerimento de um Senhor Vereador, a pedir cópia do relatório. Sobre esta questão referiu não ter satisfeito o pedido, porque já lhe tinha sido dada, e na altura estaria a trabalhar na resposta para mandar para a IGAT, a fim de vir o relatório definitivo. Aquando da chegada do relatório definitivo prometeu que iria ser dada fotocópia, mas nem iria ser preciso porque iria para a Internet.

Alertou para o facto de o problema ser outro, porque ao terem mandado todas estas notícias para a comunicação social, sabiam que como Presidente da Câmara estaria sujeito ao dever de sigilo, daí não poder dizer se o que lá está é verdade ou é mentira. Por todas estas razões informou que não iria responder às questões que lhe foram colocadas.

Ao membro António Miguel e relativamente à questão da Escola Secundária, referiu que como Presidente de Câmara costuma saber aproveitar bem o dinheiro. Referiu que um dia iria ter oportunidade de comparar os contratos programa com os outros distritos.

Referindo-se a intervenção proferida pelo membro Vicente Fernandes referiu que o assunto que trouxe à Assembleia nada tem a ver com a Câmara nem com a Assembleia. Considerou que utilizou indevidamente este palco para expor o assunto, quando o poderia ter feito lá fora, e que por ventura não lhe ficou bem. Concluiu sobre esta questão que algumas atitudes ficam com quem as toma.

Ao membro Carlos Costa referiu que não precisa das propostas do PSD na Câmara para reduzir as despesas de futebol, porque a maioria do PS chega. Acrescentou ainda que isso nunca aconteceu e que nunca se pronunciaram sobre isso.

Quanto aos cinco milhões de euros que a Câmara tinha à sua chegada, pediu ao membro Carlos Costa que se dirigisse à Câmara na tentativa de os encontrar, porque não existe

nada do que foi dito, nem tão pouco metade. Dito isto, referiu que se viu forçado a dar razão ao membro Rubem Almeida, pela maneira como interpreta os seus depoimentos.

Para terminar, referiu que os vereadores do PSD, há mais de dois anos que andam a levantar suspeitas sobre as verbas que a Câmara deu para Ervedosa. Votaram contra a distribuição de verbas para Penhas Juntas e para a Edrosa, e ainda ameaçam que vão publicar o problema do derrube da Capela de Paçó ao Ministério Público, pondo assim o Senhor Presidente da Junta e o Senhor Presidente da Câmara em tribunal, não esquecendo todo o alarido contra a pedreira da Moimenta, que está a trabalhar ilegalmente, não reconhecendo que foi o único Presidente de Câmara que se preocupou em resolver aquele assunto, arranjando assim emprego para aquela gente, impedindo que o proprietário venha a cair na miséria.

Colocou a questão se a Câmara deixasse de comprar o que seria daquela família. A preocupação da oposição deveria ser no sentido de resolver o problema, e quando estava quase resolvido, as coisas complicaram-se, graças a todo o alarido que o PSD fez em torno dessa questão. Concluiu que neste caso, o lado do membro Carlos Costa é o lado da desgraça, fazer mal a quem trabalha.

Quanto à notícia que foi enviada para os jornais alegando que a Câmara estaria a ser investigada, sendo mentira, não compreende por isso, que o membro Carlos Costa venha a dizer que está do lado da Câmara e do seu concelho. Por essa razão considerou o membro Carlos Costa um propagandista da desgraça do concelho de Vinhais.

Relembrou que foi vereador no tempo do Senhor Sobrinho Alves, e nunca tomou este tipo de atitudes, assim como outros vereadores no mandato do Senhor José Carlos Taveira, também nunca tomaram este tipo de atitudes.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, agradeceu a intervenção e abriu um novo período de inscrições.

Inscreveram-se os Senhores membros:

Carlos Abel

António Miguel

Carlos Costa

Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais

Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa

Presidente da Junta de Freguesia de Soeira.

Tomou a palavra o membro Carlos Abel referindo que o Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, é muito tolerante com uns e intolerante por completo com outros. Informou que foram ditos nomes menos bem ditos, por isso terá toda a permissão para chamar ao Senhor Presidente malabarista.

Quanto ao facto de o Senhor Presidente afirmar que o conhece bem, considerou também que nunca uma oposição, conheceu tão bem um Presidente. Deixou a convicção que talvez será esse o motivo que tanto atormenta o Senhor Presidente da Câmara.

Quanto à questão do relatório, afirmou que no jornal se lê a confirmação que o Ministério Público tinha lá o relatório. E se quiser saber como a jornalista soube tal informação terá que perguntar à própria jornalista. Do mesmo modo vem também a declaração que referiu anteriormente.

Explicou que aquilo que o Senhor Presidente da Câmara fez foi um resumo do relatório, alegando que se tratava de um relatório extenso e muito técnico, dando a sua palavra em como os Senhores Vereadores o poderiam consultar quando quisessem. Mas quando os Senhores Vereadores chegaram ao Senhor Presidente da Câmara para consultar o relatório, o Senhor Presidente não lhes deu acesso. Acrescentou ainda que o Senhor Vereador Frias Vieira se dirigiu ao Senhor Horácio Nunes, na tentativa de consultar o relatório e foi-lhes dito que o referido relatório estaria à guarda do Senhor Presidente. Relembrou que o Senhor Presidente há momentos atrás, teria dito nessa mesma Assembleia que o detentor do relatório seria o Senhor Horácio Nunes. Daí concluiu que alguém estaria a faltar à verdade, usando de malabarismo.

Quanto à questão que o Senhor Vereador do seu partido, colocou ao Senhor Presidente, considerou ser uma questão legítima, porque o acesso à informação por parte de um órgão colegial que é a Câmara, mesmo quando sujeita ao dever de sigilo, é inegável e irrenunciável. Continuou referindo que o Senhor Presidente não é um Supra-Deus, e realçou a importância que nunca se deve menosprezada a inteligência dos outros, coisa que o Senhor Presidente tem vindo a fazer consecutivamente e inconsequentemente, facto esse que lhe vai sair caro, num prazo menos dilatado do que aquilo que pensa.

Concluiu referindo que o Senhor Presidente da Câmara sabe daquilo que estão falar. Em sua opinião torna-se importante esclarecer este problema, e a função fiscalizadora da Assembleia não pode ser menosprezada.

Desafiou os Senhores Vereadores do seu partido político a confirmar se a história foi ou não foi assim, como diz.

Quanto à referência que o Senhor Presidente fez ao Capitão Sobrinho Alves, referiu que muitos dos membros presentes na Assembleia têm conhecimento daquilo que o Senhor Presidente lhe fez, e contrariamente aquilo que o Senhor Presidente mencionou, considerou o comportamento deste, três ou quatro vezes pior, em termos democráticos.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, agradeceu a intervenção e solicitou ao membro Carlos Abel o favor de esclarecer o início da sua intervenção em virtude de não se ter entendido muito bem o seu conteúdo.

O membro Carlos Abel passou a explicar melhor, uma vez que não foi bem interpretado aquando do início da sua intervenção. Deste modo aliciou o Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, a ler o Regimento da Assembleia, onde constatará que antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara, não tem direito a usar da palavra. Tem apenas direito a usar da palavra aquando da intervenção escrita, sendo esse o momento para responder às intervenções. O tempo denominado Antes da Ordem do Dia, é reservado única e exclusivamente às pessoas da Assembleia.

Quanto ao falatório que o Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, alertou, para o facto de estar a incomodar, o membro Carlos Abel concordou com essa chamada de atenção, independentemente da bancada que os proferem, mas quanto à linguagem que roçou a descaramento, nada foi dito, daí o seu descontentamento.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, num primeiro ponto passou a explicar que no início da legislatura pediu que fosse feita uma reunião da Comissão de Revisão do Regimento. Nesse momento e numa maneira mais pessoal, poderão tratar deste tipo de entendimentos. A questão que se coloca é que o Regimento nada fala, sobre a utilização da palavra do Senhor Presidente da Câmara que é naturalmente uma pessoa que como tal tem o direito de ser fiscalizado e tem também o direito a resposta.

Num segundo ponto, referiu ser critério da Mesa da Assembleia, até ver, que cada pessoa tem o direito a falar sete minutos. No caso de ter havido seis pessoas a falar sete minutos, entendeu que o tempo a dar ao Senhor Presidente, e numa questão aritmética, seria uma meio hora, mas não foi isso que aconteceu, porque o Senhor Presidente não veio a usar esse tempo.

Quanto à questão do comentário, sublinhou que foi um comentário geral, de puro bom senso.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, passou a palavra ao membro António Miguel.

A intervenção do membro António Miguel foi no sentido de desfazer um mal entendido, relacionado com a suspensão de mandato do membro Hélder Correia. Alegou que o membro do seu partido, apenas pediu suspensão de mandato por um ano, não renunciou o cargo para o qual foi eleito, daí não lhe ter feito os elogios, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa pretendia que lhe tivessem sido atribuídos.

Relativamente à disputa entre o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente aposentado Senhor Sobrinho Alves, lamentou pelo facto de ser uma disputa para se ver qual teria sido o pior.

Quanto à educação básica que o Senhor Presidente da Assembleia, em funções, Dr. Nuno Costa Gomes fez questão de alertar, lamentou para o facto de o Senhor Primeiro-ministro falar também para os Ministros que estão ao lado.

O Senhor Presidente da Assembleia, em funções, Dr. Nuno Costa Gomes, agradeceu a intervenção, passando de seguida a palavra ao membro Carlos Costa.

O membro Carlos Costa tomou a palavra e passou a informar que no tocante à questão da IGAT, e para que todos fiquem esclarecidos, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara para em frente ao Senhor Vereador Frias Vieira, confirmar o que realmente se passou sobre a consulta do relatório.

Referiu também não compreender a expressão proferida pelo Senhor Presidente da Câmara, à sua pessoa, dizendo que este está contra tudo. Esclareceu que ao contrário do que o Senhor Presidente diz, a sua posição é somente contra as ilegalidades, deu o exemplo dos subsídios que o Senhor Presidente recebeu indevidamente, e no tocante às Empresas Municipais, o facto de o Senhor Presidente não ter acatado as decisões que foram propostas pelo PSD, originando a que fosse obrigado novamente, a iniciar o processo.

Continuou alegando que as medidas que tomam, são as medidas que o Senhor Presidente os obriga a tomar. Relembrou que o exemplo vem de cima e a Câmara é gerida por sete Vereadores e o Senhor Presidente não pode ocultar factos.

Ao Senhor Presidente da Junta de Paçó declarou que nada o move contra o Senhor Presidente, nem contra ninguém. Não sabe se a responsabilidade é ou não da Junta. Elogiou alguns exemplos de recuperação de Capelas no concelho e referiu também, não compreender o porquê de se ter tomado a decisão de demolir uma Capela com mais de quinhentos anos, que esteve para ser reclassificada pelo IPPAR, com projecto e candidatura apresentada anteriormente. Vê a culpa na Junta de Freguesia actual ou de quem esteve na altura, e também da Câmara. Mais uma vez referiu que não compreende o porquê de primeiro demolirem a Capela e só depois terem ido pedir dinheiro à Câmara. Referiu também que o Senhor Padre lhe tinha dito pessoalmente que nada disse na missa a esse respeito. Apenas lhe foi dito por um representante da Junta, que a Câmara tinha conhecimento da demolição da referida Capela. Quanto às pedras da Capela informou que foram reutilizadas para bancos, e quanto às ossadas referiu saber muito bem onde estão, porque ele próprio lhe tirou fotografias. Esclareceu mais uma vez que mais de metade da população assinou um abaixo-assinado, e não pretendem inventar nada nem tão pouco, se consideram alucinados.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, deteve por instantes a intervenção, para pôr alguma seriedade no discurso do membro Carlos Costa. Concluiu que a seriedade que pretendia que houvesse, era para todos os membros.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, para declarar que concorda com o membro Carlos Costa, no que se refere à missão da Assembleia ser a fiscalização, mas a forma como este por vezes aborda os assuntos é de intimidação. Em sua opinião, as coisas deveriam ser conversadas naturalmente, sem nervosismo e com calma.

Em relação às transferências das Juntas de Freguesia, considerou que aquilo que se está a passar deixa-os preocupados. Aquilo que tem a dizer não é bem contra os deputados da Assembleia, nem contra a Câmara, mas sim contra os deputados da sua freguesia, que são pessoas que respeita muito, com as quais está a trabalhar em união. Referiu que estes exigem de si, e como é evidente, como Presidente, depois terá que ir exigir à Câmara, e esta por sua vez, começa cada vez mais a restringir as verbas, porque tem algum receio, e porque sabe que também nas Juntas de Freguesia se praticam muitas ilegalidades. Acrescentou que se alguém começar a entrar nas Juntas de Freguesia a

“apanhar” algumas ilegalidades, considerou que depois mais ninguém iria trabalhar. Manifestou o desejo que tudo isso fosse um pouco mais pacífico, porque todos dão o seu melhor no que sabem e podem.

Ao Senhor Presidente da Câmara referiu que, em sua opinião, o seu discurso até esteve bem, porque os seus colegas já estavam habituados a obras nas suas freguesias, sendo que ele próprio havia muitos anos que não estava habituado e por isso ficou surpreendido, pelo investimento que está a ser feito na sua freguesia. Concluiu que cada um tem que olhar para a sua.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, para referir que toda a gente naquele momento se encontrava incomodada, com tanto que se falou, sendo que no fim iria dar zero. Em sua opinião cada um “deitava para fora” e em consequência disso cada vez tinham mais que responder uns aos outros. Referiu também que se na Assembleia da República um deputado dissesse ao Senhor Presidente da Assembleia que era uma malabarista, o mais provável era andarem todos à “cacetada” lá dentro.

Quanto à IGAT e ao Ministério Público referiu não ser necessário procurar quem foi que mandou tais informações para os jornais, porque foi dito na rádio quem mandou. Foi dito, que tinham conhecimento que tinha dado entrada no Ministério Público, uma participação da IGAT. Concluiu que muito tempo foi perdido neste assunto, não tendo ainda sido desenvolvidos outros assuntos.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soeira, que depois de cumprimentar todos os presentes referiu não ser da sua competência falar no assunto da Capela de Quintela, mas pretendia apenas esclarecer que conhece a Capela melhor que o membro Carlos Costa. Porque se o membro Carlos Costa tivesse visitado o referido local, à algum tempo atrás, não iria conseguir perceber se aquilo seria mesmo uma Capela. Porque a dita Capela já se encontrava demolida, em consequência do passar do tempo, estando praticamente no chão, coberta de silvas e ervas. Mostrou a sua solidariedade com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paçó, concordando com as obras de limpeza ao local, porque este estava a tirar a beleza à freguesia.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, agradeceu as intervenções e questionou o executivo se pretendia utilizar o seu direito de resposta. Este manifestou

intenção de não se pronunciar e passou-se de imediato ao ponto seguinte, da ordem de trabalhos.

2.5 – Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ser do conhecimento público alguma polémica que tem sido gerada à volta da discussão do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, sendo que esta discussão começou porque no dia vinte e sete de Abril do presente ano, foi publicado em Diário da República a reestruturação do ICN. Esta reestruturação passou de uma estrutura com alguma autonomia dos Parques para uma estrutura dependente, ou seja, hoje existe o Presidente do ICN em Lisboa que depois tem vários directores de Parques, directamente dependentes. Passou a explicar que para funcionar, se juntaram os Parques. Por exemplo, Douro, Montesinho, Alvão, Gerês, e Esposende, nomearam uma comissão directiva para os cinco parques. Isto significa que há uma concentração de poderes, porque o Director está em Braga, longe dos destinatários e retiraram as Câmaras da gestão dos Parques. Neste momento as Câmara apenas fazem parte de um órgão consultivo, que se chama comissão de estratégia. Referiu que naquele momento promoveu uma reunião em Vinhais, com os concelhos todos do grande Parque do norte, e ficou mais ou menos mandatado para em nome destes, fazer chegar ao Senhor Ministro do Ambiente a posição dos autarcas relativamente aos parques. Nessa mesma altura, foi-lhe pedido também, pela Associação Nacional de Municípios que, fosse promovida uma reunião com o Senhor Secretário de Estado, e uma conferência de imprensa onde fosse denunciada esta não concordância com a reestruturação do ICN. Adiantou que convocou para uma conferência em Vinhais os Presidentes de Junta da área do Parque, os quais tiveram a amabilidade de aparecer, tendo ficado tudo explicado.

Não obstante, a reestruturação do ICN, continuou, e o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho relativamente ao qual se manifestou numa das várias reuniões que se fizeram correspondente à acta nove da Comissão de Acompanhamento, na qual deixou claro não concordar com o Plano de Ordenamento.

Continuou informando não ter muitas esperanças, que se venha a conseguir que o Ministério do Ambiente faça qualquer retrocesso. Concorda genericamente com as opções do Governo, nomeadamente com as opções do Senhor Primeiro-Ministro, não

concordando de forma alguma com as opções do Senhor Ministro do Ambiente. Adiantou que recebeu do Senhor Ministro do Ambiente uma carta pessoal, onde tentou dar algumas explicações, sobre o assunto. Continuou referindo não estar convencido sobre a questão do Parque, porque o Parque Natural de Montesinho, tal como outros parques, foram feitos a favor do interesse nacional preservando uma determinada zona do país, para o país retirar benefício da preservação dos parques. Foi dito às populações que em virtude de virem a sofrer limitações nas suas actividades, nomeadamente pecuárias e agrícolas, que seriam compensados de outra forma. Aquilo que aconteceu foi que as populações não foram compensadas da forma que estavam à espera. Relembrou que no início, com o Arquitecto Carlos Guerra, existiu algum trabalho, que foi sendo notório ao longo das freguesias do Parque, sendo que ultimamente, ano após ano, as verbas que são distribuídas aos parques são cada vez mais baixas, ao ponto de hoje, não se saber, o que é que faz o Parque nas aldeias, que o integram.

Num primeiro ponto, aquilo que foi pedido às populações em termos de sacrifício pela utilização dos solos, nomeadamente agrícola e pecuária não foi devidamente compensado com aquilo que foi prometido. Hoje existe um Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, muito pior do que aquele que já existia, muito mais restritivo para as populações, nomeadamente no que respeita ao uso de energia eólica, hídrica, alteração dos solos... Considerou a legislação actual muito pior do que aquela que já existia.

Dito isto, concluiu que é algo com o qual, não devem concordar.

Depois de ter sido levado à reunião de Câmara, foi decidido dar parecer negativo ao Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho. Esclareceu que a Câmara tinha que se pronunciar, embora a Assembleia não tenha essa obrigação, a Câmara entendeu que esta se deveria pronunciar para que a posição tenha muito mais força.

Terminou informando que a proposta da Câmara é que a Assembleia diga não ao Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, agradeceu a intervenção e questionou os Senhores membros se alguém ansiava usar da palavra para se pronunciar sobre o ponto em questão.

Inscreveram-se os Senhores membros:

Presidente da Junta de Freguesia de Mofreita

Carlos Costa

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mofreita que depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que pretendia apenas reafirmar o apoio à criação de uma Comissão de Acompanhamento, e que esta deveria integrar pessoas da área afectada do Parque, aquando da criação do Parque prometerem muito, sendo que agora vêm só criando dificuldades, dificuldades essas, que prejudicam em muito as populações.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, agradeceu a intervenção, e em nome da Mesa e da Assembleia saudou a proposta.

Resumi as duas propostas presentes à Mesa. Uma primeira a pedido do Senhor Presidente da Câmara, que pretende uma votação para obter um parecer por parte da Assembleia Municipal acerca da posição tomada pela Câmara, com vista ao Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho. A segunda proposta, proferida pelo Senhor Presidente da Junta da Mofreita, foi de encontro à criação de uma Comissão Permanente para acompanhamento este processo.

Tomou a palavra o membro Carlos Costa, para informar que concordam em pleno com aquilo que o Senhor Presidente acabou de propor.

Terminada a intervenção do membro Carlos Costa, o Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, solicitou aos Senhores membros que se pronunciassem, sobre a sua intenção de voto, referente à proposta apresentada pela Câmara. A referida proposta foi aprovada por unanimidade.

Em relação à Criação de uma Comissão de fiscalização e acompanhamento do Parque Natural de Montesinho, sugeri que as eventuais candidaturas para os elementos da referida Comissão, chegassem ao representante da Comissão Permanente para depois ser feita a análise em sede de Comissão Permanente, para que na próxima Assembleia fosse possível decidir-se e nomear-se as respectivas pessoas e respectivos membros que irão fazer parte da Comissão.

Sugeri também que no final da reunião, os membros da Comissão Permanente esperassem dois minutos para acertar o número de elementos.

Por sugestão do Primeiro Secretário, as duas intervenções deveriam ter uma declaração de voto, para vincular mais em termos formais.

2.6 – Inspeções Periódicas de Instalações de Armazenamento – Vistorias – Criação de Taxas

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação do tema.

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara informou a existência de uma falha a este respeito, devido ao facto de existirem determinadas construções em que a Câmara não tem pessoal especializado para fazer vistorias.

Como exemplo apontou os depósitos de gás, entre outros, e referiu ser necessário pedir a comissões especializadas, para que essas inspeções sejam feitas. Passou a informar que quem vier a requerer tais serviços, irá ter que pagar uma taxa à equipa que vier fazer a vistoria, ou então paga à Câmara e depois esta pagará à equipa que fizer a vistoria. Informou também que a proposta apresentada, já tinha sido aprovada em reunião de Câmara, estando neste momento presente na Assembleia para ser votada.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, questionou os Senhores membros se alguém pretendia intervir neste ponto. Ninguém manifestou intenção de intervir. Passou-se de imediato à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

2.7 – Distribuição do resultado líquido do exercício de 2006

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual esclareceu que o assunto se encontrava devidamente explicado na informação do Senhor Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, tendo sido já aprovado em reunião de Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, questionou os Senhores membros sobre a intenção de se pronunciarem sobre este assunto. Ninguém manifestou intenção de intervir, passando-se de imediato à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

2.8 – Contrato de compra e venda de acções – EDF EN Portugal, L.da e Município de Vinhais.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar alguma informação adicional, àquela que foi enviada a todos os membros, aquando do envio da

convocatória. Passou a referir que Bragança, Vinhais e Macedo fazem parte de uma Empresa que está destinada a produzir energia eólica na Serra de Nogueira, que se chama PENOG. Tinha sido proposto o aumento de capital, e sobre isso alertou para o facto, de todos os membros terem consigo todos os documentos a este respeito. Relembrou que o problema da energia eólica é aquele que toda a gente conhece. Adiantou que a Sociedade está a funcionar, no entanto não está a fazer aquilo que deveria fazer, ou seja, produzir energia eólica. Acrescentou ainda, que a Câmara já decidiu comprar as acções, e pretende que a Assembleia também dê o seu consentimento.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, questionou os Senhores membros sobre a intenção de se pronunciarem sobre este assunto. Ninguém manifestou intenção de intervir, passando-se de imediato à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal a subscrever o aumento de capital da empresa em causa.

2.9 – 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e 2.ª Revisão ao Orçamento de Despesa e ao Plano Plurianual de Investimento.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, para explicar que esta revisão se destina essencialmente à criação de rubricas orçamentais na receita, já que recentemente houve homologação de projectos comunitários.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, questionou os Senhores membros sobre a intenção de se pronunciarem sobre este assunto.

Solicitou a palavra o membro Carlos Abel, para referir que a posição do seu partido é a posição de sempre. Adiantou que a sua votação por princípio iria ser a abstenção.

Antes de terminar a sua intervenção referiu que pretendia por último alertar a Assembleia - os mais desatentos que a redução anunciada pelo Senhor Presidente da Câmara, no que se refere ao orçamento para futebol de vinte e cinco mil contos em 2006, para sete mil este ano. Afinal estava agora a ser reforçada com três mil contos, mais quinze mil euros. Por isso, aquilo que o Senhor Presidente reduziu foi de vinte e cinco para dez mil.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, colocou a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e a 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de

Investimento, a votação, tendo sido aprovadas por maioria, com oito abstenções de membros do PSD.

3 - Período reservado ao público.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, questionou os Senhores elementos presentes no público, sobre a intenção de se pronunciarem neste ponto.

Inscreveram-se os Senhores:

Padre Pimparel

Professor Rui Reis

Tomou a palavra o Senhor Padre Pimparel, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, e passou a referir que nada em especial o trouxe à Assembleia, a não ser para ver, e escutar a forma como os Senhores deputados discutem os assuntos de interesse do concelho. Começou por fazer a sua própria apresentação, como Pároco de Rebordelo, Vale das Fontes e Nuzedo. Adiantou que viveu na Edrosa, e em Mirandela, no Seminário de Vinhais, em Bragança, e no Porto. Estando novamente no concelho de Vinhais, aquilo que se passa no concelho interessa-lhe, daí o seu interesse em ver e ouvir aquilo que se passa nas reuniões da Assembleia.

Relativamente aquilo que os Senhores deputados fazem pelo concelho, na Assembleia da República, referiu já ter percebido infelizmente. Não sabia porém aquilo que se falava na Assembleia Municipal. Considerou estar longe de imaginar que se conseguiria falar de tanta coisa, nomeadamente de lares, de capelas e etc. Sendo que os dois assuntos que lhe tocaram um pouco mais, foi sem dúvida o Lar de Rebordelo, e por isso irá ficar à espera que lhe escrevam e que lhe ponham no papel oficialmente aquilo que vai ser decidido. Adiantou que não esperava menos da parte do Senhor Presidente da Câmara, no que toca aquilo que foi feito por Rebordelo.

Referiu também que quanto à questão da Capela, já tinha tido algumas informações sobre o assunto, caso esse que o intrigou de certa forma. Informou que as Câmaras vão receber brevemente uma circular da Comissão de Arte Sacra da Diocese da qual faz parte com mais dois sacerdotes.

Concluiu que no tocante à questão das capelas, das obras das demolições e o fazer novas capelas, obedece a certas regras, e aproveitando a presença dos Senhores Presidentes de Junta, passou a informar que estes não podem levantar, nem deitar a baixo, nem pintar,

nem tirar, nem pôr, sem antes perguntar à Diocese. Por isso lembrou mais uma vez que a Câmara iria receber indicações neste sentido.

Concorda com a boa vontade de todos tentarem melhorar o seu património, mas infelizmente a Comissão de Arte Sacra tem vindo a reparar que em muitas capelas e igrejas da Diocese, se tem vindo a fazer muitas asneiras.

Antes de terminar agradeceu a oportunidade que lhe foi dada, e deixou a convicção que os Senhores Deputados saibam defender o concelho, e façam com que o povo viva um pouco melhor.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, agradeceu a intervenção do Senhor Padre Pimparel, e felicitou-o pela sua primeira intervenção.

Tomou a palavra o Professor Rui Reis, que começou por cumprimentar todos os presentes e passou a referir que o assunto que o trouxe a esta Assembleia divide-se em três partes. Numa primeira parte pretendia apresentar uma situação e dar humildemente uma opinião e depois colocar o mais objectivamente possível, uma questão.

Passou a informar que decorreu este ano lectivo no concelho de Vinhais, um processo de reorganização escolar, que passou fundamentalmente pela fusão da antiga escola EB, 2,3 com a Escola Secundária. Tal como já foi dito, reiteradamente nesta Assembleia Municipal, foi feita também a extinção de algumas escolas do 1.º Ciclo e pela concentração dos respectivos alunos nos pólos. Adiantou que este processo da rede escolar implicou de forma agressiva uma articulação maior entre o Agrupamento de Escolas e a Câmara Municipal de Vinhais. Considerou que quem consigo trabalhou durante quatro anos nesta Assembleia Municipal, sabe com toda a verdade e os factos falam mais alto, que aquilo que se assistiu na articulação Agrupamento-Câmara, foi um permanente criar de dificuldades por parte da autarquia. Concretamente e com factos, factos esses, que pode apresentar e defender até ao limite se assim o entenderem nos tribunais.

Continuou informando que contrariamente aquilo que aconteceu em Mogadouro, em Miranda do Douro onde houve o mesmo processo de reorganização da Rede, a Câmara de Vinhais, rejeitou sempre liminarmente a suportar os encargos com a Escola Básica nº 1. Daí resultou o estrangulamento financeiro completo da parte da Escola Secundária.

A segunda grande dificuldade criada, teve a ver com a ampliação/remodelação em que durante anos, os órgãos da Escola Secundária trabalharam profundamente no sentido de conseguir uma ampliação e remodelação que sustentasse o acolhimento dos alunos do 2.º Ciclo. Informou que tudo estava garantido, da parte da DREN estava tudo aprovado, nomeadamente os projectos que se disponibilizou em divulgar.

Adiantou ainda que segundo informações objectivas da Direcção Geral da DREN a referido ampliação/ remodelação poderia atingir um milhão de euros, e só não foi executada porque não foi viabilizada pela Câmara Municipal de Vinhais.

A terceira grande dificuldade esteve relacionada por uma obstaculização permanente aos órgãos da Escola, nomeadamente ao trabalho dos professores, do Agrupamento e da Escola sede. Essa obstaculização teve sede fundamentalmente no Conselho Municipal de Educação, órgão que ultimamente se tem restringido à homologação do sistema de transportes escolares e salvo melhor opinião a falar mal do processo educativo da Escola Secundária.

Uma outra dificuldade criada, lamentável e inadmissível, teve a ver com a intervenção no processo eleitoral. Considerou essa intervenção como uma manipulação objectiva de pais, funcionários e alunos por parte dos Senhores Vereadores do Executivo Autárquico em que ficou manifesto nessa intervenção perversa que o objectivo foi afastar a Comissão Instaladora.

Continuou informando que sabe, porque para além de exercer funções na área da educação, estuda também esta matéria, que habitualmente no interior do país, em comunidades rurais, as autarquias interferem nos processos eleitorais. Mas aquilo a que habitualmente se assiste é colocar na gestão das escolas uma direcção alinhada com a política educativa seguida pela Câmara.

Aqui não foi manifestamente por aquilo que já se falou.

Quase a concluir, referiu que a obrigação de uma autarquia nomeadamente num meio deprimido como estamos habituados a ver, deve ser visto no sentido de uma intervenção, reguladora, harmonizadora, equilibradora e respeitadora da educação e nunca obstaculizadora de professores.

Relembrou mais uma vez que aquilo a que se assistiu, foi precisamente o contrário, porque nenhum destes princípios e normas de actuação foi respeitada.

Informou que iria colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara da forma mais objectiva possível, começando por dizer que inferidas algumas referências que o Senhor

Presidente da Câmara fez ao processo educativo em Vinhais e para além de insultos velados à sua pessoa, verificou que não preza o processo educativo.

Terminou colocando a referida questão ao Senhor Presidente da Câmara do teor seguinte: A entrada no processo eleitoral e a permanente criação de dificuldades correspondem da parte da Câmara a um projecto de Construção Social de Desenvolvimento e futuro para o Concelho?

Sem outro assunto, agradeceu o tempo que lhe foi disponibilizado e a atenção prestada.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, agradeceu a intervenção, e passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, para referir que a Lei não o obriga a responder neste ponto, pelo que poderia levar as questões para casa e estudá-las e na próxima reunião falar sobre elas. Mas seguindo o principio que não se deve deixar para amanhã o que se pode fazer hoje, e também porque se sente absolutamente à vontade nestas matérias, referiu que é com grande prazer que pretende responder às questões que lhe foram colocadas.

Ao Senhor Padre Pimparel referiu que teve sorte com a sessão da Assembleia, porque foi uma sessão animada, considerou não ser nada do outro mundo, porque não ultrapassou os limites do razoável, excepto um caso ou outro.

Quanto à questão dos Lares, informou o Senhor Padre Pimparel que apenas iria dizer aquilo que já sabe, e se o círculo começar a ser outro, informou que não se irá responsabilizar pelas consequências. Porque não sendo a pessoa que candidata um Lar, não o podem obrigar a responder pela situação, porque os donos, poderão não o aceitar. Relembrou que a última vez se tramaram, por eventualmente terem falado de mais. Por esse motivo referiu não cometer de novo esse erro.

Ao Senhor Professor Rui Reis, referiu que tem por si a consideração que têm todas as pessoas, para além de ser um ilustre Professor, foi um ilustre Presidente da Assembleia Municipal e Vereador da Câmara. Mas isto não significa que lhe confira um carácter educável. Não tem por isso o direito de evocando este estatuto querer passar a ideia de que as palavras que profere são verdadeiras e as dos outros são falsas.

Continuou referindo que quando se acusa alguém tem que se ter factos.

Quando à afirmação proferida pelo Senhor Professor Rui Reis de a Câmara não ter suportado os encargos da Escola Primária de Vinhais, o Senhor Presidente da Câmara

questionou o Senhor Vereador da Cultura para se pronunciar sobre o pagamento do gás, encargos, refeições, material de limpeza. Adiantou que aquilo que não pagou foi outra coisa, da qual não se sente arrependido, e nunca irá pagar. A DREN cedeu-lhes a Escola e antes de fazer o contrato de cedência queria que a Câmara pagasse a electricidade. Informou que a Câmara se negou a pagar, e que a DREN acabou por pagá-la, sendo que a partir do dia que foi assinado o contrato a Câmara começou a pagar.

Ainda sobre a questão das eleições, lembrou que não tem condições para discutir estes argumentos, porque as referidas eleições foram há poucos dias e por isso ainda estão muito zangados com tudo. Sugeriu que deixassem passar uns tempos e depois sim voltassem a falar novamente do assunto.

Quanto à viabilidade da Câmara para construir o pavilhão, referiu que não compreende como podem pensar que a Câmara iria inviabilizar alguma obra.

Relembrou que a Câmara fez uma estrada para os autocarros irem buscar os alunos à Escola, sem que tivesse sido pedida. Relembrou também que nunca a Câmara negou nada à Escola, nem um autocarro.

O problema da escola referiu ser outro, e em sua opinião, não irão com este directivo nem com nenhum.

Quanto à manipulação por parte dos Senhores Vereadores, garantiu que os seus Vereadores não exerceram qualquer manipulação.

Referiu para terminar que foi uma falta de educação da parte do Senhor Professor Rui Reis, para com os seus colegas, afirmar que os professores foram manipulados. Porque nem os professores, nem os pais se deixam manipular.

Colocou a hipótese de no caso de terem ganho as eleições se também iriam dizer que houve manipulação.

Concluiu que este assunto da Escola o deixa muito triste, porque foi a primeira vez que um assunto de uma Escola é politizado. Em sua opinião, a Escola Secundária nunca mais volta a ser aquilo que era. Porque irá haver duas fracções lá dentro, os que perderam e os que ganharam. Se depender da Câmara isso não irá acontecer. Naquilo que a Câmara tinha que intervir, não falhou em nada.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, agradeceu a intervenção do Senhor Presidente e antes de terminar referiu que ninguém tem dúvidas sobre a boa vontade de todos os elementos do plenário, sendo que toda a gente sofre na pele, seja qual for a “camisola” que enreda, com este tipo de posição social, política que cada um toma.

Manifestou o desejo de em futuras reuniões as pessoas evitarem de pessoalizar, porque foram utilizados vocabulários menos próprios de parte a parte. Este seu pedido tem como objectivo criar um ambiente de trabalho onde possa haver algum bem-estar e sentido criativo.

Tomou a palavra o membro Carlos Abel para questionar o Senhor Presidente da Mesa no sentido de averiguar, uma vez que não lhe foi permitido fazer um requerimento à Mesa, aquando da intervenção do Senhor Professor Rui Reis. Solicitou que lhe fosse dado por escrito, uma vez que pediu à Mesa e esta não o reproduziu. Chamou a atenção o Senhor Presidente da Mesa, para o facto de moderar e ponderar porque tem capacidade para o ser.

Continuou referindo que aquilo que pretendia pedir, porque acha que é legítima e importante para Assembleia no seu sentido fiscalizador, averiguar se de facto a documentação que o ilustre ex-Presidente desta Assembleia diz ter.

Relembrou mais uma vez que, aquilo que pediu foi que formulasse um requerimento através da Mesa da Assembleia para no caso de ser entendimento do Dr. Rui Reis, poder através do sentido fiscalizador da Assembleia averiguar toda a documentação que tiver na sua posse.

O Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, agradeceu o conselho e a orientação que o membro Carlos Abel lhe prestou. Referiu que iria tentar e tenta sempre ser o mais imparcial possível. Quanto ao requerimento que lhe foi solicitado, referiu ser uma coisa óbvia.

Questionou o membro Carlos Abel se também pediu o requerimento para os restantes elementos. Informou que cada um dos elementos poderá munir-se de toda a documentação e trazê-la para a Assembleia. Se naturalmente, o membro Carlos Abel pretender a documentação, solicitou que contactasse o Dr. Rui Reis. Não tem que ser a Mesa a solicitar, porque faz parte da competência enquanto deputados Municipais.

Terminou agradecendo a presença de todos, desejando um bom trabalho rural e boas férias se for o caso.

Terminou a sessão eram dezoito horas e vinte minutos.

E eu,

, a redigi, transcrevi e assino.